

infoTRAUMA

NEWSLETTER DO **OBSERVATÓRIO
DO TRAUMA**



EDIÇÃO #8

junho 2021

Publicação do **Observatório do Trauma** do Centro de Estudos Sociais (CES) da
Universidade de Coimbra.

www.ces.uc.pt/observatoriodotrauma

**OBSERVATÓRIO
DO TRAUMA**



"Nambuagongo meu amor"

Em Nambuagongo tu não viste nada
não viste nada nesse dia longo longo
a cabeça cortada
e a flor bombardeada
não tu não viste nada em Nambuagongo.

Falavas de Hiroxima tu que nunca viste
em cada homem um morto que não morre.
Sim nós sabemos Hiroxima é triste
mas ouve em Nambuagongo existe
em cada homem um rio que não corre.

Em Nambuagongo o tempo cabe num minuto
em Nambuagongo a gente lembra a gente esquece
em Nambuagongo olhei a morte e fiquei nu. Tu
não sabes mas eu digo-te: dói muito.
Em Nambuagongo há gente que apodrece.

Em Nambuagongo a gente pensa que não volta
cada carta é um adeus em cada carta se morre
cada carta é um silêncio e uma revolta.
Em Lisboa na mesma isto é a vida corre.
E em Nambuagongo a gente pensa que não volta.

É justo que me fales de Hiroxima.
Porém tu nada sabes deste tempo longo longo
tempo exactamente em cima
do nosso tempo. Ai tempo onde a palavra vida rima
com a palavra morte em Nambuagongo.

Manuel Alegre | *Praça da Canção*, 1965

www.manuelalegre.com

ÍNDICE

EDITORIAL	4
------------------------	----------

ACONTECEU

ESTUDO LONGITUDINAL	5
COMUNICAÇÕES.....	6
OUTRAS ACTIVIDADES	7

VAI ACONTECER

INQUÉRITO ONLINE: COVID-19: STRESS ADAPTAÇÃO E TRAUMA – 2ªFASE	9
ESTSS: CONFERÊNCIA VIRTUAL 2021	9
FORMAÇÃO: IV CURSO GERAL DE PSICOTRAUMATOLOGIA	10

PARCEIROS	11
------------------------	-----------

PONTOS DE VISTA: GUERRA COLONIAL - 60 ANOS

LUÍSA SALES	13
-------------------	----

BRUNO SENA MARTINS.....	15
ANA LUÍSA RODRIGUES	19
MARIANA CARNEIRO	28
DIANA ANDRINGA	31

O CRSCM E O OBSERVATÓRIO DO TRAUMA	38
FILHOS DA GUERRA – VULNERABILIDADE E RESILIÊNCIA.....	44
ABSTRACT: GUERRA COLONIAL: QUANDO OS ANOS REACENDEM O SOFRIMENTO – UM ESTUDO PILOTO	47
DOSSIER: BIBLIOGRAFIA GUERRA COLONIAL	48

PUBLICAÇÕES

TOP4TRAUMA.....	49
TRAUMA E MEDIA	50

Os estudos sobre a violência e o trauma estão há muito implantados no CES. Entre várias outras iniciativas, o projeto “Os Filhos da Guerra Colonial. Pós-memória e Representações”, no âmbito do qual Margarida Calafate Ribeiro coordenou uma equipa multidisciplinar que pôde contar com a colaboração imprescindível de Luísa Sales, lançou bases sólidas para o que viria a ser o Centro de Trauma, dirigido desde o início por esta mesma investigadora. Ao longo de anos, o Centro de Trauma promoveu múltiplas iniciativas, que passaram, nomeadamente, pela organização de várias edições do Curso de Formação em Psicotraumatologia e pelo estabelecimento de relações de trabalho e cooperação com múltiplas organizações, de índole muito diversa, mas todas, de uma forma ou de outra, interessadas na investigação sobre o trauma, na procura de soluções terapêuticas para patologias traumáticas e, em geral, no apoio à tomada de consciência das muitas implicações – sociais, políticas, culturais – da questão do trauma. No atual contexto pandémico, o Centro de Trauma revelou-se uma instância fundamental – o trabalho desenvolvido em várias vertentes confluiu de maneira extremamente relevante na construção de elementos de observação e de análise do estado de exceção gerado pela pandemia em que o CES continuamente se empenhou. Faz, assim, todo o sentido que, como sinal de definitiva consolidação, o Conselho Científico do CES tenha decidido instituir o Observatório do Trauma. Não se trata de simples mudança de designação, trata-se, sim, de dar ainda maior visibilidade e de melhorar as condições para que a investigação-ação sobre o trauma assuma ainda maior relevância no âmbito do CES enquanto instrumento central de compreensão do contemporâneo. Se fossem precisos exemplos, a forma como a relação colonial, em particular através da memória e pós-memória da Guerra Colonial, tema desta newsletter, continua a projetar-se com indelével violência no presente da sociedade portuguesa, seria demonstração bastante da necessidade de continuar e aprofundar o trabalho do Observatório do Trauma.

António de Sousa Ribeiro | junho de 2021

Diretor do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra

ACONTECEU

Neste período inicial de 2021 o trabalho desenvolvido pelo Observatório do Trauma (OT) foi norteado pelo propósito de consolidação de actividades antes iniciadas pelo Centro de Trauma (CT) com as consequentes adaptações, integrações e promoções na nova estrutura.

estudo longitudinal: **Grupo ADJUST – ESTSS Covid-19 Study**

O Observatório do Trauma (OT) continua a trabalhar em estreita parceria com a Sociedade Europeia para os Estudos do Stress Traumático (ESTSS), especificamente no grupo de trabalho *ADJUST- ESTSS Covid-19 Study*, onde o OT é coautor de um estudo longitudinal sobre o impacto da pandemia da Covid-19 em diferentes populações. O estudo em causa, *Stressors, Coping Behavior and Adjustment Disorder Symptoms in the Course of Coronavirus Pandemic* (actualmente na sua 2ª fase de recolha de dados) conta com a participação de onze países europeus interessados na análise das respostas populacionais à evolução da pandemia e adaptação às diferentes fases em cada país. Resultados preliminares serão divulgados na Conferência Virtual 2021 da ESTSS, a 17 e 18 de junho.

estudo longitudinal: **Avaliação impacto em grupos de risco**

Partindo do estudo acima citado, o OT resolveu agora indagar como reagiram vários dos grupos de risco especialmente expostos e vulneráveis a este contexto pandémico, como é o caso dos jovens até aos vinte e cinco anos, dos ex-combatentes, dos idosos em estruturas residenciais para pessoas de terceira idade, das pessoas que tiveram internamento hospitalar desde 2020 (por covid e não covid), das populações residentes em áreas anteriormente expostas a situações de desastre natural ou catástrofe, dos trabalhadores de forças de segurança e dos trabalhadores de serviços considerados essenciais (não suspensos/ interrompidos durante o confinamento). Vários associados do OT colaboram activamente nesta recolha de dados, que encerrámos a 4 de junho.

comunicações: Congresso online DeGPT



Jahrestagung der DeGPT

vom 17. bis 20. März 2021 Online-Tagung

Trauma und Traumafolgestörungen – Soziale Verantwortung, Staat, Justiz

No passado dia 19 de março o OT, através da investigadora-colaboradora do Observatório do Trauma/CES, Margarida Figueiredo-Braga, apresentou a comunicação *"Resilience and protective factors for adjustment disorders and PTSD amidst the COVID 19 in the portuguese population"* no congresso online da Sociedade de Psicotraumatologia dos Países de Línguas Germânicas (DeGPT).

Este trabalho - baseado nos dados recolhidos na primeira aplicação do inquérito *COVID-19: Stress, Adaptação e Trauma*, no verão de 2020 - procurou caracterizar a forma como os participantes portugueses conseguiram lidar com o stress e as consequências negativas da pandemia, sinalizar quais foram os aspetos positivos reportados decorrentes desta experiência e, ainda, relacionar algumas características sociodemográficas com um maior bem-estar psicológico durante este processo.

comunicações: Colóquio- Guerra Colonial: as Memórias Silenciadas

Diana Andringa, Investigadora do Observatório do Trauma/CES, participou, no passado dia 27 de março, no colóquio online *Guerra Colonial: as Memórias Silenciadas*. A comunicação de Diana Andringa, *Uma Geração Marcada pela Guerra* - adaptação integra a secção "Pontos de Vista" desta InfoTRAUMA.

O evento foi organizado pela CULTRA (Cooperativa Culturas do Trabalho e Socialismo) e projeto CROME/CES - Memórias cruzadas, políticas do silêncio: as guerras coloniais e de libertação em tempos pós-coloniais.

GUERRA COLONIAL: AS MEMÓRIAS SILENCIADAS
COLÓQUIO
27 de março, 10h-19h

PROGRAMA

MESA 1 — 10h30-12h30
MODERAÇÃO: João Mineiro
INTERVENÇÕES:
Fernando Rosas
Um debate sobre coisas mortas
Miguel Cardina
A guerra colonial entre memória e o silêncio
Margarida Calafate Ribeiro
A guerra colonial como herança: pós-memória e representação
Marta Araújo
As lutas de libertação nacional africanas nos manuais escolares em Portugal

MESA 2 — 14h-16h
MODERAÇÃO: Mariana Carneiro
INTERVENÇÕES:
Pedro Aires Oliveira
Bata de Cassange: a revolta esquecida
Aniceto Afonso
Alcora: o acordo secreto
Bruno Sara Martins
Os Deficientes das Forças Armadas e os corpos-memória da guerra colonial
Diana Andringa
Uma geração marcada pela guerra

MESA 3 — 16h30-18h30
MODERAÇÃO: Natália Bueno
INTERVENÇÕES:
Fernando Mariano Cardeira
Marta Paula Moraes
Africanização da guerra: quando, como, de quem falamos?
Mustafah Dhada
Wintoum e as memórias difíceis da guerra
Manuel Leff
Guerra e violência colonial: uma (des)memória política

ORGANIZAÇÃO
CULTRA e projeto CROME/CES
Data limite para inscrição: 25 de Março
ces.uc.pt/eventos/guerra-colonial/inscricao

cultura CROME CES

As três mesas que compuseram o evento foram gravadas e estão disponíveis na página de youtube do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, em https://www.youtube.com/watch?v=iPJeivwGM_U.

outras actividades: **ESTSS Young Minds School**



"[The 2d ESTSS Young Minds School \(ESTSS YMS\)](#)" ocorreu nos dias 22 e 23 de Abril, sob o tema "*Contemporary Trends in Research and Clinical Practice in Psychotraumatology*", contou com a presença de 12 doutorandos de vários países da Europa, entre os quais Guida Manuel, Investigadora-colaboradora do Observatório do Trauma/CES.

A ESTSS YMS teve como coordenadora Jana D. Javakhishvili, contou com a presença do Presidente da ESTSS, Evaldas Kazlauskas, bem como de diversos professores/investigadores na área da psicotraumatologia. Para além de apresentações sobre temas em desenvolvimento na psicotraumatologia - "*A bird's eye on recent dilemma's and developments in psychotraumatology*" e "*New developments regarding treatment evidence*" (Rolf Kleber); "*PTSD, complex PTSD and network analysis in veterans*" (Dominic Murphy) - e diversas abordagens - "*Conventional and nonconventional approaches in psychotraumatology*" (Jana D. Javakhishvili); "*Reviewing the potential of psychedelics in the treatment of PTSD: promises and pitfalls*" (Eric Vermetten) -, foram ainda apresentados os resultados iniciais do estudo pan-Europeu, "*The ESTSS COVID-19 Study*" (Annett Lotzin).

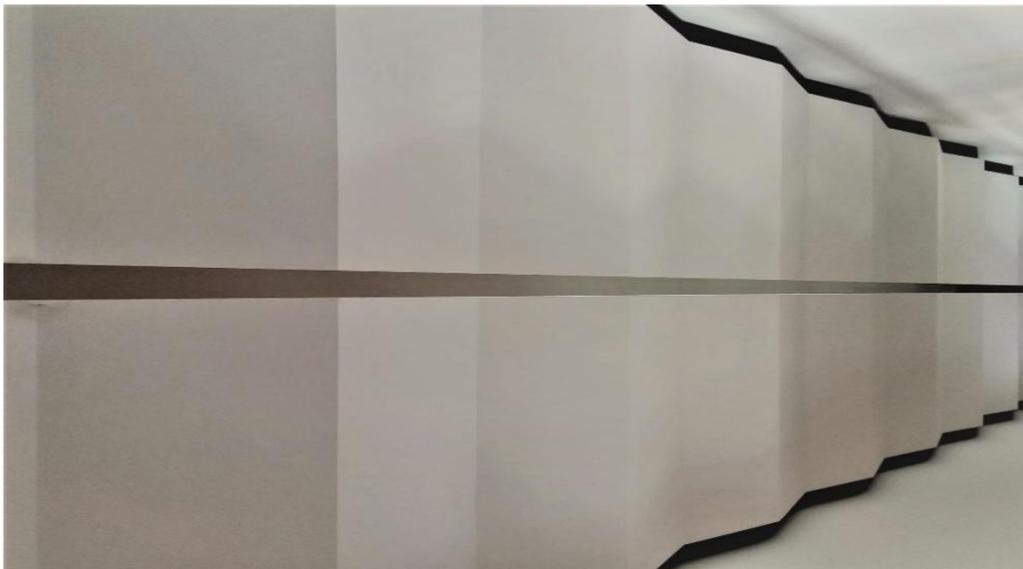
outras atividades: **Linha de Apoio Covid-19**

O Observatório do Trauma continua a disponibilizar a sua linha de apoio psicossocial, gratuita, com o aconselhamento de técnicos voluntários especialistas em trauma psicológico. A Linha de Apoio Covid-19 é direcionada à população em geral e, em particular, a profissionais que estejam a trabalhar em áreas de atuação de combate ao vírus.

O atendimento não exige qualquer identificação e pode ser solicitado pelo telefone **926 562 085** e pelo e-mail **traumasos@ces.uc.pt**.

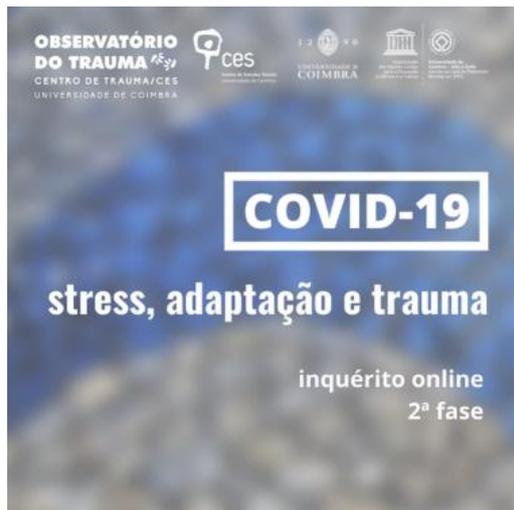
Para mais informações, basta aceder à [página do OT](#).

outras atividades: **Páginas do OT**



O Observatório do Trauma inaugurou, na sua [página oficial](#), o separador **Pontos de Vista** com dois destaques de textos de opinião: [Testemunhos do Tempo Covid](#) e [Olhando em Volta](#) – espaços de comentário à realidade social contemporânea, preenchidos com a partilha das considerações e experiências de elementos próximos ao trabalho do OT, propondo lançar o debate e a reflexão sobre vários temas relevantes e actuais. Estas peças de opinião e outras informações/publicações de interesse são partilhadas com regularidade nas redes do OT, no [Facebook](#) e, agora também, no [Instagram](#).

VAI ACONTECER

Inquérito online: **Covid-19: Stress Adaptação e Trauma – 2ª fase**

O Observatório do Trauma encontra-se a concluir a recolha da segunda fase de respostas ao inquérito *COVID-19: Stress, Adaptação e Trauma* até 4 de junho.

Com o desenvolvimento da pandemia em Portugal, interessa-nos perceber de que modo as populações se têm sentido e como se ajustaram durante a exposição prolongada à pandemia da COVID-19, como lidaram com o stress, como se

adaptaram às alterações ocorridas e aos eventuais riscos traumáticos decorrentes deste contexto e que estratégias de suporte utilizaram, ao longo das diferentes fases pandémicas.

Agradecemos a colaboração de todos e a ampla divulgação nas redes de contato. Propomo-nos apresentar resultados num curto prazo.

ESTSS: **Conferência Virtual 2021**

A Conferência Virtual 2021 da ESTSS vai realizar-se nos dias 17 e 18 de junho, com um dia de workshops de antecipação à Conferência a 16 de junho. O evento será realizado em formato online, com um leque de intervenções sobre o tema "*Trauma e Saúde Mental durante uma Pandemia Global*", no qual o OT participará com duas intervenções: "*Exposure to media pandemic coverage, psychological burden, and perception of health services efficiency*", a título individual; e "*The burden of adverse childhood experiences when coping and adjust to COVID 19 pandemic*", como parte do II Simpósio proposto pelo grupo de trabalho *ADJUST-ESTSS Covid-19 Study*.

As [inscrições para o evento já estão abertas](#) e o programa, detalhado, está [disponível para consulta](#).

formação: **IV Curso Geral de Psicotraumatologia**

O OT encontra-se a preparar a quarta edição do Curso Geral de Psicotraumatologia a iniciar, em regime misto, no último sábado de outubro de 2021. Outros detalhes e o plano curricular detalhado serão disponibilizados em breve.

PARCEIROS

Neste espaço, convidamos os nossos **parceiros** a divulgar as suas atividades, relacionadas com a temática do trauma psicológico.



DESTACAMOS:

ISHHR (International Society for Health and Human Rights) – Webinar: [ReConectando and Território Sagrado](#): 18 de junho (Online, Zoom).

ESCAP (European Society for Child and Adolescent Psychiatry) - [ESCAP Expert Day 2021](#): 25 de junho (Online).

PSP (Polícia de Segurança Pública) – Exposição: [BOX – Uma Caixa de Histórias](#): até 31 de outubro (Escola Prática de Polícia, Torres Novas).

Sociedade Portuguesa de Psicanálise – Colóquio: [A Criança e a Psicanálise](#): 3 e 4 de dezembro de 2021 (Fundação Calouste Gulbenkian, Auditório 2)

PONTOS DE VISTA

Propomo-nos acolher e divulgar, nesta área da **InfoTRAUMA**, depoimentos, opiniões e comentários acerca de acontecimentos (já ocorridos ou apenas previsíveis) relacionados com o **Trauma Psicológico**.

Todas as colaborações serão bem-vindas.



Nesta oitava edição da InfoTRAUMA, abordamos os 60 anos da Guerra Colonial e o papel desta no desenvolvimento da Psicotraumatologia em Portugal, com um texto de **Luísa Sales** (coordenadora do Observatório do Trauma/CES). Partilhamos os pontos de vista e reflexões de **Bruno Sena Martins** (investigador CES), **Ana Luísa Rodrigues** (jornalista), **Mariana Carneiro** (socióloga) e **Diana Andringa** (jornalista e investigadora-associada do OT). E, ainda, aproveitamos para divulgar iniciativas em que o Observatório do Trauma se tem envolvido, direccionadas para a análise de consequências traumáticas da Guerra, como a responsabilidade na parte clínica do **Centro de Recursos de Stress em Contexto Militar (CRSCM)** do Ministério da Defesa Nacional, a participação no projecto "**Os Filhos da Guerra**" (texto de Aida Dias) e ainda a recente publicação de um **artigo**, de Joana P. Becker, sobre o impacto do envelhecimento na manifestação de sintomas relacionados com o stress nos veteranos da Guerra Colonial.

opinião: **LUÍSA SALES**



**Da Guerra Colonial à
Psicotraumatologia**

Luísa Sales

**Psiquiatra e Coordenadora do
Observatório do Trauma/CES**

Em 1961, teve início a Guerra Colonial Portuguesa. Há sessenta anos.

Durou formalmente 13 anos mas mantém-se, até hoje, como um intermitente fantasma na sociedade portuguesa.

Durante longos períodos foi publicamente indizível, encoberta por véus opacos de silêncio, mantendo-se apenas ativa no corpo, na alma, por vezes no discurso daqueles que diretamente a viveram ou dos que, de modo menos imediato, sofreram as suas mais visíveis consequências.

A partir dos anos 90, de uma forma progressiva embora intermitente, os véus foram-se dissipando, os silêncios foram sendo quebrados. A sociedade portuguesa foi percebendo a necessidade de olhar, conhecer, assumir a acabada guerra colonial, as suas memórias públicas e privadas, as suas consequências coletivas e individuais.

Em Portugal, o interesse pelas questões ligadas ao Trauma Psicológico foi espoletado, de forma determinante, pela constatação do sofrimento resultante das vivências traumáticas dos homens que tinham estado na guerra. E das suas famílias.

Foi a evidência dessa dor arrastada, a procura de respostas terapêuticas adequadas e de estratégias preventivas de futuros traumas, a necessidade de perceber os mecanismos neurofisiológicos pessoais, sociais e culturais que cristalizam as memórias traumáticas e a imposição ética de nunca mais ser protelado o reconhecimento e a resposta a dores similares que motivou o progressivo empenho de técnicos, de académicos, de profissionais de saúde no desenvolvimento da Psicotraumatologia.

Foi também esta, a base matricial do Observatório do Trauma do CES (ainda como Centro de Trauma). Por isso, a obrigação de assinalar este ano de 1961.

A obrigação acresce, quando estamos em plena pandemia de Covid19.

O contexto pandémico que atualmente vivemos tem todas as condições para provocar trauma. Tal como a guerra, apresenta-se como "...uma experiência assustadora, limite, desencadeada por um acontecimento externo, passível de pôr em causa a sobrevivência física e/ou psicológica do próprio ou de outros, provocando rutura em relação às crenças e padrões de segurança anteriores."

A prolongada ausência de perspetivas, as dúvidas generalizadas sobre os dias que se seguem, as contraditórias informações de questionável credibilidade, a diminuta possibilidade de assumir opções individuais são traços comuns aos tempos de guerra, aos tempos de pandemia. Tolentino Mendonça referiu-o, em entrevista ao jornal Público, em novembro passado, quando destaca que "para quem não passou pela guerra, este talvez seja o momento da sua história de maior incerteza e de maior pessimismo em relação ao futuro."

Neste contexto, será fácil irromper uma nova epidemia, a das memórias invasivas, a que chamamos patologias traumáticas (lutos não feitos, culpas recalçadas, medos não explicados ou comportamentos impressos em gerações anteriores).

Por isso é acrescidamente importante, no contexto potencialmente traumático que atravessamos, focarmo-nos nas estratégias que possam, de algum modo, transformar as experiências sofridas em armas de resiliência. Como estimular as capacidades individuais e coletivas de adaptação, de confiança, de suporte, de esperança?

Centrarmo-nos nas lições aprendidas para não repetir os erros anteriores, parece uma medida óbvia.

Por isto também, a necessidade de assinalar este ano de 1961, o ano do início da Guerra Colonial. Esta edição da InfoTRAUMA é-lhe especialmente dedicada.

As contribuições que aqui e agora partilharemos, serão inseridas em dois âmbitos distintos:

- Depoimentos escritos de quem, não tendo estado diretamente nos "teatros de operações da guerra" os puderam no entanto, vislumbrar,

assumindo como seus os olhares de outros, esses sim, protagonistas diretos.

- Destaque de trabalhos de pesquisa desenvolvidos no OT ou com a sua colaboração direta, enquadrados na análise dos possíveis impactos traumáticos da experiência de guerra, durante a vida militar.

Junho de 2021

opinião: **BRUNO SENA MARTINS**



Das testemunhas incorporadas da Guerra Colonial à descolonização do presente

Bruno Sena Martins

Antropólogo e Investigador CES

O lugar residual ou fantasmático que a Guerra Colonial ocupa no senso comum em Portugal, embora matizado por uma crescente visibilidade em anos recentes, permanece hoje. Na verdade, as vidas irreversivelmente marcadas pelo conflito armado acontecido há mais de 40 anos em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, reclamam existência e reconhecimento exatamente contra o modo como a Guerra Colonial se constituiu, em Portugal, enquanto algo próximo daquilo a que Michael Taussig chamou de “segredo público:” Ou seja, “algo que é comumente conhecido, mas que não pode ser articulado” (Taussig, 1999: 6). A realidade da ADFA e dos seus associados confronta-nos com experiências e agendas políticas que, há muito, denunciam a insustentabilidade de um tal segredo.

Calculados em cerca de 15 000 (ADFA, 2017), os combatentes que compõem a ADFA, marcados por deficiências várias - cegueira, surdez, paraplegia, paralisia cerebral, distúrbio de stress pós-traumático - são apenas parte da história das sequelas deixadas pela Guerra Colonial. Trata-se de uma história parcial da guerra e do pós-guerra, seja porque sequelas similares marcam as experiências

combatentes das lutas de libertação, seja porque os muitos dos combatentes de recrutamento local do exército português ficaram, esmagadoramente, nos países que resultariam das independências em África sem direito ao reconhecimento do seu estatuto como Deficientes das Forças Armadas.

No dia 14 de maio de 1974, dezenas de militares com deficiência reuniram-se na esplanada do jardim da Estrela. Desse encontro haveria de resultar a nomeação da comissão ad hoc que levou à constituição da Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA). Umbilicalmente ligada à Guerra Colonial e suas sequelas, nascida poucos dias depois do tempo democrático instaurado pelo 25 de Abril, a ADFA articula uma memória e uma luta social que, durante décadas, militantemente se têm oposto à elisão da Guerra Colonial no espaço público português. Após o 25 de Abril, face à continuada negligência que os deficientes de guerra vinham percebendo, a ADFA cresce da convicção de que revolução não alterara a negligência do poder político. Tratava-se de confrontar um clima revolucionário em que expectativas exaltantes em relação ao futuro estabeleceram uma ordem social em que a memória da guerra, visita indesejada às representações benignas do colonialismo português, foi ostensivamente subtraída.

Os relatos que descrevem o retorno dos ex-combatentes com deficiência a Portugal, nos quais nos centramos, dão conta de um regresso marcado pelo cumular de precariedades. De facto, as transformações provocadas pelo labor das armas nos seus corpos e nas subjetividades somaram-se ao descaso das estruturas de reabilitação e reintegração e à “fantasmática evidência” de uma guerra não acontecida.

Nenhuma geografia materializa tão bem o abandono e exclusão social vividos pelos DFA como o invariável espaço de moratória destes ex-combatentes no seu regresso da guerra: o hospital militar, em Lisboa. Como a gravidade das situações clínicas o justificasse, ou porque o acesso a cuidados médicos fosse escasso, tal a quantidade de feridos face às estruturas de resposta, muitos DFA ficavam longo tempo, às vezes anos, no hospital militar de Lisboa. A toponímia de algumas das valências do hospital é esclarecedora. O designado “Depósito de Indisponíveis” exprime bem a sensação de abandono expressa por muitos dos ex-combatentes que ali viveram (sentindo que ali foram literalmente depositados); já o “Texas”, designação informal popularizada do anexo do Hospital Militar Principal, refere o ambiente de caos e desordem generalizada (qual far west) que se vivia.

As histórias de desamparo vividas no hospital militar cruzam-se com muitos relatos de vidas de álcool e pândega na noite de Lisboa, achadas por muitos daquelas que estavam em condição de sair como a única “terapia” realmente acessível. Neste contexto, os DFA foram igualmente sujeitos a uma lógica deliberada de invisibilização, eram desaconselhados os grupos de DFA à luz do dia nas ruas de Lisboa, estratégia que regime colonial usou para minorar o impacto da guerra na sociedade portuguesa, tanto no que se refere aos mortos como os feridos. Por exemplo, as urnas com os soldados mortos eram sempre tiradas dos barcos de noite, sendo depois transportados de modo discreto para as suas comunidades de origem. Prefigura-se nos hospitais militares, no tempo ditadura, a luta pelo reconhecimento, enquanto ex-combatentes, enquanto pessoas com deficiência, que marcaria a vida de muitos dos deficientes de guerra pela fida fora,

Perante uma guerra tão longa, animada politicamente por um nexos colonial-racista, marcada por elevados níveis de frustração e exaustão dos combatentes, a memória condenatória da guerra em Portugal deteve-se durante muito tempo, quer no espectro de um confronto coletivo com massacres e crimes de guerra, quer no difícil gesto de assunção de quota individual na violência imposta, em particular, às populações civis e aos prisioneiros de guerra. Esta dimensão assume relevo na medida em que, conforme pude perceber, a experiência dos DFA é contraditória na relação com a violência, ficando patente em muitas das suas narrativas a insustentabilidade de uma narrativa que os configure como meras vítimas. São, muitas vezes cumulativamente vítimas, perpetradores e testemunhas da violência de outrem. Trata-se, na verdade, de um paradoxo subtilmente cortejado no mote da ADFA: “a força justa das vítimas de uma guerra injusta”. São vítimas da guerra no sentido em que nela adquiriram deficiência, no sentido em que muitos lutaram um combate que muitos nunca sentiram como seu, mas são vítimas paradoxais: porque foram parte de um exército imperialista e porque muitas das suas histórias os retratam, a um tempo, como perpetradores e vítimas de violências.

A afirmação de uma “cultura antiguerra” no espaço da ADFA deve muito à ligação ao Movimento das Forças Armadas aquando da fundação, corporizada em António Calvino, membro da comissão ad hoc e militar empenhado no MFA. Deve igualmente ao facto de ser um espaço social composto sobretudo por DFA oriundos do serviço militar obrigatório (dos 200 associados que passaram pelos órgãos sociais nacionais da ADFA só 12 passaram pela academia militar) (ADFA, 2017). Na verdade, o ímpeto de criação da ADFA resultou em grande medida da

falta de acolhimento que os feridos de guerra encontraram na Liga dos Combatentes, uma estrutura mais ligada às hierarquias militares.

A assunção de uma perspectiva condenatória da guerra que, não sendo consensual na ADFA vingou dominante, permitiu a criação de espaços de interlocução com ex-combatentes das lutas de libertação. O primeiro significativo desse diálogo deu-se com a 1.^a Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, organizada pela ADFA em 1990. É também de realçar o papel que a ADFA tem cumprido no apoio a muitos ex-combatentes africanos que adquiriram deficiência ao serviço de Portugal e que, para obterem o seu estatuto de DFA, enfrentam processos legais e administrativos morosos e labirínticos.

Se por um lado importa reconhecer o papel da ADFA ao inscrever politicamente a memória da guerra nas lutas sociais que atravessam a democracia portuguesa, cabe considerar dimensões de experiência, menos traduzíveis politicamente, que decorrem de uma intimidade perene entre as geografias africanas da guerra e os corpos-memória que de lá vieram. A deficiência e a memória traumática têm a proverbial vocação de compor espaços de sofrimento marcados pelo espectro da irredutibilidade da experiência individual. No modo como estes ex-combatentes são “habitados” pela memória da guerra, presente nos pavores e sustos, nas cadeiras de rodas, nas pernas e os braços protésicos, nas bengalas brancas, nos zumbidos nos ouvidos, nas dores incessantes, encontramos toda uma sorte de guerras vestigiais. Inscritas nas memórias dos corpos, estas guerras vestigiais acrescentam incomunicabilidade àquela que resulta de um quadro social que, por omissão, promove a solidão da memória (Martins, 2016). A possibilidade de partilha do trauma e da violência é, assim, um elemento essencial para a ressignificação do sujeito isolado pelo excesso de memória.

Perante eventos que desafiaram o sentido das suas existências, a experiência pós-guerra dos DFA remete-nos por uma resistência continuada, ora operando por um distanciamento estratégico – o esquecimento possível –, ora dando voz a uma assunção reivindicativa – nos mundos locais e no espaço público – da profundidade das feridas por reparar. A valorização do sofrimento segue, sem dúvida, linhas raciais que tiram do tempo, minimizando, as vítimas africanas da guerra e da violência colonial, convenientemente longínquas, virtualmente inexistentes para a memória do “Portugal metropolitano.” Falamos das marcas de violência sofridas pelas populações africanas que sofreram diretamente as consequências da guerra, dos/as combatentes dos movimentos de libertação, dos

soldados que combateram pelas Forças Armadas portuguesas. A despeito da grande narrativa que dá sentido aos heróis consagrados pela memória oficial dos países que emergiram das lutas de libertação em África, permanecem ainda muitas histórias anónimas de sofrimento que guardam das guerras de libertação perspectivas pouco representadas na “memória partilhada” dos Estados Pós-coloniais. Descolonizar o presente implica recolher as consequências de séculos de violência colonial necessariamente considerando as testemunhas vivas da sordidez de um colonialismo cujos legado continuam a definir perniciosas hierarquias entre humanos.

ADFA (2017), *Deficientes das Forças Armadas - a geração da rutura*. Lisboa: Parsifal

Taussig, Michael T. (1999), *Defacement: public secrecy and the labor of the negative*. Stanford: Stanford University Press.

Martins, Bruno Sena (2016), "Corpos-memórias da Guerra Colonial: os Deficientes das Forças Armadas e o 'restolhar de asas no telhado'", in António Sousa Ribeiro; Margarida Calafate Ribeiro (orgs.), *Geometrias da Memória: Configurações Pós-Coloniais*. Porto: Afrontamento.

opinião: **ANA LUÍSA RODRIGUES**



Memórias da Guerra: os rostos, traumas e fotos de “gente comum”

Ana Luísa Rodrigues

Jornalista da RTP

“Memórias da Guerra” foi o título singelo e direto que demos a uma série de reportagens com que quisemos assinalar nos telejornais diários da RTP os 60 anos do início da guerra colonial. A ideia foi, desde logo, colocar a guerra e as memórias deste período “na boca” dos cidadãos anónimos cuja vida foi atravessada pelo conflito em vários territórios.

A opção pela “gente comum” decorreu de duas principais razões: por um lado, a curiosidade em aceder às representações que perduram sobre a guerra e tudo o que lhe está à volta – esperando também que o tempo tivesse feito o seu trabalho de escultor e que, com o passar das décadas, as reflexões ou memórias traumáticas fossem mais facilmente partilháveis. Por outro lado, a tentativa de acrescentar terreno menos explorado em termos de reportagens televisivas, perante a consciência de que já havia muito trabalho desenvolvido (trabalhos feitos ao longo de décadas pela geração anterior de jornalistas, nomeadamente aqueles que viveram a época), sobretudo na “fixação” das grandes narrativas e nas entrevistas a protagonistas de um lado e de outro do conflito. E perante a abrangência de um documento como o extenso documentário “A Guerra”, de Joaquim Furtado, pareceu-nos que tentar mapear as grandes questões a volta da guerra colonial, as motivações dos líderes, o xadrez político diplomático não poderia ser o caminho. Numa série que teria que ser de reportagens curtas destinada ao telejornal não haveria tempo nem de produção, nem de emissão para apostar na macro narrativa e simultaneamente trazer algo de novo.

Nesse sentido, constituiu-se logo a primeira opção de abordagem, até porque não seria difícil encontrar gente anónima, cujo quotidiano tivesse sido afectado ou mesmo traumatizado pela guerra, tendo em conta mais de um milhão de mobilizados nas antigas metrópole e colónias. Mas este universo afigura-se também muito vasto e, para não ser uma mera junção casuística de quotidianos e histórias, houve a preocupação de ter alguma sistematicidade na procura e seleção de casos. Pensei numa série de questões que seriam importantes abordar e contá-las através da história de uma pessoa, numa espécie de perfil tipo.

Perfil-tipo que - foi também opção consciente após leituras e visionamentos - direccionava a pesquisa para o trauma subjacente a esta época. O lado do quotidiano tem sido, aliás, matéria de terreno e corpus de trabalho para várias investigações sobre a guerra colonial feitas nos últimos anos por jornalistas (publicadas sobretudo na imprensa ou mesmo em livros) e por investigadores de várias áreas nas universidades – e também me interessava dar eco disso, até para ajudar a contextualizar os protagonistas e seus discursos.

Nas sete reportagens-perfis que apresentámos todos os dias na semana de 19 a 25 de Abril, falou-se dos feridos de guerra, das mulheres e famílias que ficaram em Portugal, do primeiro contingente, dos africanos que combateram nas Forças Armadas Portuguesas, de quem deixou tudo para trás para fugir à mobilização militar. Sem esquecer quem morreu em África, como diz a canção, “perdido no capim”¹, indo escutar quem se tornou menina dos olhos tristes, porque, diz outra canção, “o soldadinho não volta do outro lado do mar”².

«Não tem explicação»

«Não tem explicação. Não tem explicação.» - é uma das expressões mais recorrentes no discurso de Noémia Oliveira e Helena Costa, muleta que utilizam para mostrar como é difícil transpor para palavras o tamanho da dor ou do sofrimento que passaram. Mas basta enunciar um conjunto de factos - em linguagem até bastante neutra - para se perceber o que este “não tem explicação” pode conter.

Noémia tinha 19 anos e uma bebé de um ano quando o marido, Henrique, 21 anos, morreu numa emboscada na Guiné. Filhos de famílias muito humildes de Ferrel, concelho de Peniche, casaram em janeiro de 1969 porque ele ia ser mobilizado para a guerra. Tinham já uma menina e Henrique não queria partir sem oficializar a relação com a mulher e a filha - gesto muito valorizado por Noémia, mais habituada à violência e descaso masculino do que ao companheirismo. Um mês depois do casamento, em fevereiro, Henrique parte para a Guiné. Noémia andou meses, como tantas famílias naquela época, em sobressalto. Trocavam algumas cartas e numa delas Henrique mandou 100 escudos para o primeiro aniversário da filha, em Outubro, e imaginava que ela já estaria quase a andar. Foi a última.

A carta seguinte que Noémia recebeu, nesse Outubro em que a filha completou um ano, foi-lhe entregue por uma pessoa que bateu à porta e perguntou “a senhora é Noémia Marques Oliveira, esposa do soldado Henrique Costa?”. Logo pela pergunta, Noémia percebeu algo grave: «Ele entregou-me o envelope e disse assim muito enfiado “os meus sentimentos”, ou qualquer coisa assim. Acho

¹ NR1: Verso da canção "Arménio, o trolha da Areosa", com letra de Carlos Tê e música de Rui Veloso. O tema faz parte do álbum "Os mingos e os samurais" (1996)

² NR2: Verso da canção "Menina dos Olhos tristes". Um poema de Reinaldo Ferreira, musicado por José Afonso. A canção seria gravada (e proibida pela censura) na década de 1960 por Adriano Correia de Oliveira e depois por José Afonso.

que disse, porque eu, sinceramente, na altura já nem estava a ouvir nada.» Leu a carta onde se informava o falecimento de Henrique - o que Noémia viveu nas horas e dias seguintes «não tem explicação».

Aos 19 anos mergulhou numa dor profunda pela perda do marido - «o meu homem, coitadinho, que era lindo de toda a maneira e feitio, lindo por fora e por dentro.» Noémia nunca mais casou - «pois se eu sabia aquilo que perdi! E tinha medo de que o outro homem que eu arranjasse não estimasse bem a minha filha.» E vestiu um luto carregado que se manteve por décadas - «só há poucos anos é que comecei a vestir outras cores como o cinzento ou o creme e castanho». O luto é a marca que ajuda Noémia e Helena a precisar a época de algumas fotografias espalhadas sobre a mesa da cozinha - «esta foto onde você está comigo ao colo é antes da morte do pai», analisa Helena, «porque aqui você não está de preto e depois que ele morreu você foi só luto».

E do trauma de Noémia viramos o olhar para o outro lado de mesa e passamos para o trauma de Helena. «Ele ainda me chegou a conhecer, mas eu não o conheci a ele, não é?», diz Helena, 52 anos, ao olhar para a foto do pai fardado, a sorrir, a mesma foto que está na campa do cemitério de Ferrel. Para Helena é estranho ter saudades de alguém que ela nunca viu mas parece conhecer - «não tem explicação». Mas ainda que haja coisas de difícil explicação, enuncia com relativa facilidade ao lado da mãe - provavelmente porque foi assunto pensado e maturado centenas de vezes - o que foi ser filha de uma mulher que tinha morrido para a vida. «Eu precisava, mas a minha mãe não dava nada... nunca ia sair, nunca ia a um cinema, era muito exigente. E vivia aquele desgosto profundo», conta Helena, recordando que em França, onde a família esteve emigrada durante uns anos, era o tio materno e a tia paterna que saíam com ela e a tiravam daquele ambiente pesado. «Aqueles anos mais chegados não há sol que nos aqueça», recorda Noémia, acrescentando: «ainda por cima morreu-me a minha mãe, logo atrás do meu homem, as duas pessoas a quem eu mais queria e que mais apoio me davam».

Encontrar os protagonistas anónimos

Cheguei a Noémia e Helena motivada por uma das mais impressionantes sequências de imagens da guerra colonial, que consta do Arquivo da RTP. Foram registadas por uma equipa de jornalistas da televisão francesa ORTF, em outubro de 1969, na Guiné. Jornalistas franceses, da televisão pública e da revista Paris

Match, estavam a fazer um trabalho na Guiné, na época sob o comando militar de António de Spínola. E acompanharam os militares portugueses (“embeded”, como se viria a chamar anos depois) numa saída para o mato. Mas nessa saída são apanhados numa emboscada onde morrem dois soldados. Na reportagem (que mostra a situação de forma crua e “muito mais jornalística” do que as reportagens censuradas do Portugal de então) referem-se os nomes dos soldados mortos – Henrique Costa, com morte imediata, e António Capela. Pensei que uma forma marcante de uma reportagem televisiva abordar o tema das mortes na guerra colonial seria falar com a família de Costa ou de Capela, fazendo a ponte entre as imagens do passado (tratadas com o devido crivo, já que o filme completo era muito impressionante) e a actualidade.

Com os nomes Costa e Capela como referência vou procurar outras pistas e percebo que a sequência integrou o documentário de Diana Andringa e Flora Gomes “As duas faces da guerra”. O contacto com Diana Andringa e depois com Luis Graça, dinamizador do blog “Luís Graça & Camaradas da Guiné”, permitem-me chegar a Joaquim Jorge, antigo presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, que também tinha estado na guerra colonial e conhecia a família de Henrique Costa. Ao telefone pergunto-lhe se Henrique tinha irmãos ou irmãs e se me poderia arranjar o contacto, explicando qual era a ideia: fazer uma reportagem sobre o luto das famílias. Dispôs-se a arranjar contacto e já quase no fim do telefonema diz: «mas olhe, ele apesar de ser novo já era casado. Deixou uma viúva e uma filhinha. E ela nunca mais casou. Moram aqui perto de mim.»

Apesar de já estar habituada a ver a realidade suplantar muitas vezes a ficção (uma das razões para que o jornalismo me continue a encher de adrenalina), fiquei surpresa com a informação. Não esperaria que uma morte tão jovem fizesse já uma viúva, uma mulher enlutada para a vida, e uma órfã. Um bocado com pudor perguntei se elas estariam dispostas a falar comigo, sem nenhum tipo de compromisso, para lhes explicar a ideia das reportagens. Passados uns dias dá-me o número de telefone de Helena e diz que elas estão disponíveis para dar testemunho.

A disponibilidade de Noémia e Helena, assim como de outras pessoas que testemunharam na série “Memórias da guerra”, surpreendeu-me até certo ponto. Sabendo como a televisão pode intimidar e como a guerra colonial é um assunto complexo que mexe com memórias dolorosas e tabus, esperava mais dificuldades na obtenção das entrevistas, como já tantas vezes me aconteceu até em outros temas à partida menos difíceis. Ter este conjunto de protagonistas permitiu, por

outro lado, testemunhos variados, com diferentes geografias e circunstâncias, enriquecendo o mosaico final e permitiu, penso, chegar a mais cidadãos. Uma camada heterogênea de cidadãos- espectadores que se pode identificar com um ou mais aspectos ali retratados. Aliás, a busca de gente anônima para retratar tinha justamente como objectivo suscitar a identificação – uma das estratégias mais utilizadas no Jornalismo. Porque a empatia tendencialmente se opera com mais facilidade quando vemos e ouvimos falar um igual a nós, com os seus sotaques, as suas dúvidas e contradições, expressas em suas casas, na mesa da cozinha ou da sala que são iguais e diferentes das cozinhas e salas de tantos de nós. Dúvidas que tantas vezes divergem - nem que seja na forma de colocar as questões - de gente que teve papéis de liderança na condução de determinado acontecimento e cujas ferramentas de reflexão tendem a conduzir a outros discursos. Aqui o foco foi o discurso da “pequena narrativa”, ou, se quisermos, da “pequena história”, para potenciar a reflexão e discussão dos cidadãos nos seus círculos.

No entanto, não é imediata a chegada à profundidade dos discursos, sobretudo quando entrevistamos pessoas que abrem as portas de suas casas e falam para uma camara de televisão pela primeira vez. Temos que estar muito disponíveis para ouvir, para ouvir repetições, para mostrar que estamos a acompanhar o que diz o entrevistado. Ou seja, mesmo sendo um depoimento destinado a uma reportagem de Telejornal (necessariamente mais curta, com uma narrativa mais esquemática e com menor margem para aprofundar e matizar a informação do que uma grande reportagem) levamos para a entrevista um espírito mais livre dos constrangimentos de tempo. Tive a preocupação de fazer entrevistas longas se necessário fosse, deixando respirar, respeitando silêncios. No fundo, tentando que fosse como uma conversa, de forma a ser menos invasivo.

Nessa conversa os sentidos do jornalista estão a mil: presta-se atenção aos discursos e, simultaneamente, muita atenção aos detalhes que chegam em forma de fotografias, de comentários laterais, de modulações de voz ou, de forma mais expressiva, em forma de lágrimas. Mas olhando para trás, nas mais 20 horas de entrevistas e gravações com os protagonistas e suas famílias, vejo agora que poucos discursos foram suspensos por lágrimas, muito menos do que eu esperava. Talvez porque houvesse necessidade de falar e esse falar pudesse ser, ao mesmo tempo do doloroso, também apaziguador.

Foi pensando nisso que coloquei muitas perguntas, mas deixei com frequência o pensamento correr livremente, de forma a conseguir ir além das primeiras

camadas da cebola e ter acesso a discursos mais profundos e mais correspondentes com o que as pessoas se interrogam, aos seus pensamentos compósitos, às frases que juntam uma ideia e o seu contrário logo a seguir... no fundo a complexidade dos pensamentos de quem viu a sua história pessoal cruzar-se com a história colectiva, sem ter contribuído diretamente para o curso dos acontecimentos. E tentando saber também, por outro lado, como resolveram dentro de si as dores, frustrações e sentimentos de impotência perante as situações.

As três sortes

Encontrei na Associação de Deficientes das Forças Armadas (ADFA) um punhado de gente que tem sublinhado dores e frustrações na ajuda ao outro semelhante. A associação foi criada em junho de 1974, por feridos de guerra internados e camuflados durante meses e anos nos hospitais militares, em condições deploráveis. A criação da ADFA, intimamente ligada ao espírito do 25 de Abril, permitiu que muitos destes feridos de guerra não ficassem calados, nem num canto escondidos depois da revolução.

Foi um dos primeiros contactos que fiz. Marquei encontro presencial, e sem câmara, com Manuel Lopes Dias, presidente da ADFA, e vieram também os seis membros da Direcção Nacional. Quiseram mostrar-me como estavam empenhados em ajudar “a jornalista da RTP” a falar sobre o tema da guerra, numa postura de conciliação, mas com a clara noção de que “Portugal tem que enfrentar as suas feridas”. Logo nesse encontro, um fresco de conversas a mostrar a variedade de vivências e até sensibilidades sobre o tema: havia traços comuns - todos deficientes das Forças Armadas, todos defendendo que a guerra foi injusta - mas também diversidade nos discursos e estilos. Encontrei - apesar de falarmos de guerra, dor e morte - relatos cheios de vida, a pedir para serem contados, mesmo se já não fosse a primeira vez.

Uma das histórias que me contaram é que a distinção se estabelecia nos próprios hospitais onde os feridos de guerra eram tratados: havia o Hospital Militar, no bairro da Estrela e, no bairro de Campolide, o Anexo do hospital militar, para onde iam convalescer os militares de baixa patente. Disse que gostava de retratar um dos soldados rasos que tivesse estado no anexo, que popularmente ficou conhecido como Texas.

Assim conheci Francisco Janeiro, ferido em 1970 em Moçambique por uma mina que o cegou de uma vista e deixou com uma perna amputada. A vida associativa é uma forma de Francisco Janeiro, responsável pela secção de Lisboa da ADFA, sublimar frustrações, acalmar “mazelas” e manter a cabeça ocupada de forma construtiva. O telemóvel não pára com pedidos de ajuda, situações para resolver, reivindicações para por em cima da mesa.

«A associação é um porto de abrigo e permitiu que as pessoas não ficassem abandonadas. Eu pessoalmente devo muito à associação», diz Francisco Janeiro: «eu não consigo estar parado e mentalmente faz-me bem».

É um sobrevivente, que assume os sofrimentos, mas expressa uma enorme capacidade de resiliência: «este impulso de não estar parado nem quieto também foi o que me deu ânimo para continuar». «Porque se não tinha ido para Montemor-o-Novo, terra de onde sou, e se calhar estava a beber copos... E aqui quis ficar em Lisboa, para arranjar um emprego e para trabalhar», recorda.

Fala quase sem parar, muitas vezes num tom áspero, mas expressando a cada passo preocupação e empatia com os demais. Não foi difícil mostrar na reportagem a capacidade para dar a volta às adversidades. Pelas situações que descrevia - como a sua teimosia em sair do anexo do hospital e ir de muletas às aulas para fazer o ciclo preparatório - ou por frases em forma de remate. «Tive três sortes na vida», enumera Francisco. «Uma foi ter ficado com uma vista, que me ajudou muito a orientar-me... outra foi ter ficado com uma perna, porque mesmo desengonçado ainda fui andando... E depois mais tarde foi ter encontrado a minha mulher que me ajudou bastante.»

Ao visionar a entrevista de Francisco Janeiro, lembrei-me muitas vezes da canção “Até o fim”, autêntico hino à resiliência da gente comum. Na canção, Chico Buarque conta a história de alguém que “estava predestinado a ser errado assim”, e a quem “já de saída a estrada entortou” mas foi / “vou até o fim”.

A violência do 10 de Junho

Se a atenção é redobrada no terreno de reportagem, a fase de visionamento das imagens é igualmente crucial. É ao visionar, na solidão do visionamento, que pensamos melhor sobre o que foi dito ou gravado, sobre uma determinada imagem, determinado silêncio. É depois deste processo cheio de sinapses que elaboramos as difíceis sínteses e seleccionamos o que vai ou não aparecer na

reportagem. E tantas vezes aquilo que nos pareceu menos interessante no terreno, ganha relevância no visionamento e, conseqüentemente, no texto que será escrito.

A conversa em casa de Noémia e Helena foi a reportagem emocionalmente mais difícil para mim. Naquela cozinha onde conversámos, toda a amabilidade e disponibilidade das entrevistadas não eram suficientes para aliviar a história trágica que se recordava – a morte de Henrique e a morte em vida de Noémia. A cada momento media as perguntas ou os pedidos para mostrar as fotos, ler uma carta em voz alta ou folhear a agenda do pai, que veio de África com o corpo. A linguagem televisiva pede também, por uma questão de maior expressividade, a uma série de “acções” dos protagonistas e há que treinar uma capacidade de, durante os encontros com entrevistados, ir lendo e medindo aquilo que é possível ou não fazer.

Também o visionamento não foi fácil. Logo aos primeiros minutos de gravação, antes ainda da entrevista, o repórter de imagem Diogo Martins faz um plano que me derruba. Um grande plano do rosto de Noémia que, em cinco segundos, condensa tudo. Noémia com olhar em viagem, enquanto Helena, do lado oposto da mesa, me mostrava fotografias de Henrique. No rosto marcado pelas rugas e tempos duros, um olhar perdido, como perdida no mato ficou também a sua vida. Com esse plano e essa ideia escolhi começar a reportagem.

Na solidão do visionamento marcaram-me também as horas e horas de arquivo. Aprendo sempre a visionar imagens de arquivo, quase nem considero trabalho, de tão prazenteiro que me é. Neste caso, foi fundamental para amadurecer ideias, e mesmo com prazer, provocou dor. Porque nas imagens das décadas de 1960 e 1970 o preto e branco não é apenas uma questão técnica – é uma forma simbólica, a tradução acabada de um país cinzento, contado num tom laudatório e pomposo. Nesse aspecto, o visionamento de várias cerimónias do 10 de Junho, nomeado como Dia da Raça, deixaram-me imagens que nunca mais vou esquecer. Já tinha ouvido várias pessoas da geração dos meus pais se referirem a essas cerimónias – mas nunca tinha entendido a profundidade e o impacto de tudo aquilo. A violência simbólica e física com que eram brindados aqueles pais, mães e jovens mulheres a receberem as medalhas a título póstumo. Muitos deles quase a desfalecer, mas a terem que se segurar em pé para uma qualquer sumidade por no seu peito o emblema de condecoração destinado a quem morreu pela pátria. Nunca mais vou esquecer essa violência.

opinião: **MARIANA CARNEIRO**



Filha da Guerra

Mariana Carneiro

Socióloga

Nasci a 1 de abril de 1980. Seis anos após o 25 de Abril. E sou filha da Guerra Colonial.

O meu pai esteve em Moçambique. Nascido em Moimenta da Beira, filho adotivo de um homem extremamente rígido do regime, o meu pai alistou-se. Em abril de 1969, partiu para Luanda a bordo do navio Vera Cruz. No mesmo ano, fez a viagem, no navio comercial Império, para Moçambique. Integrou a 21ª Companhia de Comandos, que participou, entre outras operações, na Nó Górdio. Espoliou, matou e viu morrer. Morreu aos poucos.

Às 8h15 de 9 novembro de 1970, feriu-se em Montepuez, ao manipular um dispositivo explosivo que estava a preparar. "Desarticulação atípica da mão esquerda, desarticulação da mão direita", é o que consta do seu processo médico. Foi posteriormente evacuado para o Hospital Militar Principal, em Lisboa. Passou ainda vários períodos no Hospital de Hamburgo, na Alemanha, para o qual foram encaminhados alguns estropiados de guerra. Foi depois "atirado" para o Depósito dos Indisponíveis na Graça, em Lisboa. E Depósito é mesmo a palavra correta para classificar esse espaço.

A Guerra Colonial foi um marco incontornável na vida do meu pai. Apenas pude construir um puzzle a partir dos fragmentos que ele ia partilhando sobre a sua vida antes, durante e no imediatamente a seguir à Guerra. Desde a sua morte, em janeiro de 2015, tenho dedicado parte do meu tempo a descobrir mais sobre a sua história, o seu percurso. Passei várias horas no Arquivo Geral do Exército, no Arquivo Histórico Militar, participei no almoço de ex-combatentes da 21ª Companhia de Comandos, continuo a conviver com os seus/meus companheiros da Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA). Mas não foi preciso muito para perceber que, se não antes, a revolução dentro do meu pai emergiu na Guerra.

Parte do corpo do meu pai ficou em Moçambique. Consigo trouxe a certeza de que era preciso acabar com a Guerra. O meu pai fez o 25 de Abril com tantas e tantos outros, defendeu-o na rua de arma na mão. Continuou a defender a Revolução toda a sua vida. Em alguns momentos, também de arma na mão.

Eu e o meu pai nunca tivemos uma conversa tranquila, estruturada, sobre a sua participação na Guerra Colonial. Nunca me explicou que foi comando. A versão era outra. Acredito que nunca tenha feito as pazes consigo próprio por isso. Ou que, pelo menos, nunca tenha conseguido apaziguar-se. Por ter marchado para o matadouro. Por se ter tornado carne para canhão. Por ter matado, visto morrer. Pelos horrores que fez, os horrores que viu fazer. "Tu não imaginas o que eu fiz", dizia-me.

Os momentos em que ele partilhava memórias soltas, confusas, conturbadas, eram pesados e sombrios. Não me lembro bem que idade tinha quando começaram estas "conversas". Mas era mesmo bastante pequena. O álcool trazia ao de cima os estilhaços mais dolorosos. Os seus demónios. Costumávamos ficar os dois sozinhos, na escuridão ou na semi-escuridão, e ele falava-me sobre aquilo que não ousava partilhar com mais ninguém. Os cheiros, os sons, as imagens da Guerra e da morte. As perdas. Eu esforçava-me o mais que podia para pesar bem as minhas palavras. Sentia-o como uma granada sem cavilha, como aquela que lhe roubou a mão, pronta a explodir. E só queria tentar conter toda aquela raiva, aquela tristeza, aquela angústia. Com cerca de oito anos, os pesadelos com os horrores da Guerra e a morte fizeram com que eu começasse a urinar na cama.

A Guerra chegou até mim desta forma. Através de todo este turbilhão de memórias e sentimentos. Chegou até mim através da ausência da mão direita do meu pai, das dores incessantes que sentiu durante toda a sua vida no braço que foi possível salvar e na mão que não existia – a dor do membro fantasma. Chegou também através das manchas de vitiligo em parte do seu corpo, que mais tarde soube terem sido causadas pelo stress de guerra. Chegou através dos estilhaços que, literalmente, lhe foram saindo do corpo, furando-lhe a pele. Chegou através do sobressalto com barulhos estridentes, o estado de permanente vigilância. E também chegou até mim através de todos os seus companheiros.

O meu pai foi um dos fundadores e dirigentes da Associação dos Deficientes das Forças Armadas em Lisboa e em Viseu, tendo igualmente sido um dos construtores da Cooperativa dos Deficientes das Forças Armadas.

Cresci com o Carmo Vicente, o António Calvinho, o Marcelino, o Luís Godinho, o Arruda, o Correia... Muitas vezes ficavam comigo quando o meu pai se ausentava. Eu andava de colo em colo. Habituei-me a encontrar as suas próteses espalhadas pela casa e, inclusive, a brincar com elas. Os meus amigos não tinham pernas, não tinham braços, eram cegos, surdos, Tinham perdido todos algo e ganho memórias às quais não é possível fugir. Alguns ainda viviam a Guerra. Os seus pensamentos nunca saíram de Angola, Guiné ou Moçambique.

O meu pai nunca foi um desgraçadinho, ainda que muitas vezes tenha sido tratado como tal pelo Estado e pela sociedade. Ainda que tenha sido confrontado com um puro assistencialismo misericordioso que nada mais fazia do que retirar a sua dignidade.

O meu pai era um furacão, uma força da natureza. Era um revolucionário. Foi alguém que pegou nos seus estilhaços e fez deles força, protesto, ação. E é muito graças a ele, Jorge Carneiro, o meu pai, uma das pessoas mais complexas, mais inteligentes e mais extraordinárias que conheci, e a todos os seus/meus companheiros, que sei, desde sempre, o que foi, de facto, o passado colonial português e os horrores de uma guerra injusta, imoral, maldita. Que sei quem foi Amílcar Cabral e os Movimentos de Libertação Nacional. Que sei quem era o verdadeiro inimigo.

Não só sou filha da Guerra como cresci com a Guerra. Com os horrores da Guerra. Cresci com a morte, o cheiro à guerra, o stress pós-traumático. E trago-os ainda comigo. Filha de uma resistente antifascista, militante do PCP, que esteve presa, foi torturada, passou pela clandestinidade, trago também comigo o peso da repressão da ditadura. Da minha mãe, herdei o desconforto face a espaços fechados, a impossibilidade de trancar portas, o receio do barulho produzido pelos ferrolhos. Mas a maior herança dos meus pais é a certeza de que temos de resgatar a memória do que foi o fascismo, o colonialismo, a Guerra Colonial.

Os estilhaços da Guerra Colonial são incómodos. Querem-se guardados a sete chaves em qualquer arquivo oficial ou escondidos no recato familiar. Cabe também a nós pegar nesses estilhaços e fazer deles força.

A melhor forma de evocar o meu pai, a melhor forma de lidar com os meus estilhaços, é contribuir para que um passado tão recente, um passado de fascismo, ditadura, tortura, colonialismo, esclavagismo, não caia no esquecimento e seja branqueado. É combater uma das mais flagrantes heranças coloniais: o racismo estrutural, sistémico, que continua a grassar na nossa

sociedade. É enfrentar a narrativa da extrema direita a nível académico, político, social, em todos os espaços da nossa vida. Esta é a urgência a que eu devo, a que devemos saber responder.

opinião: **DIANA ANDRINGA**



Uma geração marcada pela guerra³

Diana Andringa

**Jornalista e Investigadora-associada do
Observatório do Trauma/CES**

O título que dei à minha intervenção no *Colóquio Guerra Colonial: as memórias silenciadas* seguiu de perto a primeira frase do documentário que co-realizei com Flora Gomes, *“Guiné-Bissau: As duas faces da guerra”*:

“A minha geração cresceu marcada pela guerra. Milhares de jovens portugueses passaram pelas colónias, enviados a defender a soberania portuguesa contra os anseios de independência que, em Lisboa, o governo de Salazar se recusava a escutar. Travaram em África uma guerra contra os ventos da história, confrontados com o medo da morte e a capacidade de matar.”

Perdoe-se-me reivindicar para a minha geração uma marca que é também de outras – mas, tal como eu, muitos desses jovens tiveram a adolescência e o início da juventude ligada aos 13 anos de guerra colonial, que irrompeu como uma surpresa num país mantido na ignorância da realidade nas colónias, pela distância, o analfabetismo, a propaganda do regime e os cortes da Censura

³ Adaptação da comunicação *Uma geração marcada pela Guerra*, apresentada a 27/3/2021 no Colóquio *Guerra Colonial: As Memórias Silenciadas*, organizado por [CULTRA | Cooperativa Culturas do Trabalho e Socialismo](#) e projeto [CROME | Memórias cruzadas, políticas do silêncio: as guerras coloniais e de libertação em tempos pós-coloniais](#)

Nascida em Angola, cedo me apercebi da diferença entre a realidade vivida no Dundo – a evidente divisão entre brancos e negros, a segregação presente no quotidiano – e a ficção de um *“Portugal do Minho a Timor”* que aqui me era apresentada. E do silêncio sobre o que se passava em redor. No Dundo, acordei muitas vezes ao som de rádios estrangeiras noticiando lutas pela independência no Quênia, na Argélia, no Congo, notícias que os adultos brancos discutiam em voz baixa, para não serem ouvidos pelas crianças e pelos negros. Aqui, a propaganda do *“Portugal aquém e além-mar, uno e eterno”* podia apanhar-nos de surpresa até em grandes letras negras pintadas num muro, numa curva bem visível na estrada Lisboa-Sintra

Vivíamos num mundo de ficção. No Colégio rezávamos novenas pela conversão da Rússia, e no Natal fazíamos enxovais para mais uma das muitas crianças pobres que cada ano nasciam nas redondezas, em famílias de muitos filhos e pouco para lhes dar... Lá fora, a Censura encarregava-se de nos ocultar Batepá, Pidjiquiti, Mueda, Baixa do Cassange, permitindo-nos quando muito acompanhar as declarações oficiais sobre os debates no Tribunal Internacional de Haia sobre Dadrá e Nagar Aveli.

E, de súbito, em Janeiro de 1961, o desvio do Santa Maria quebrava essa imagem da paz salazarista – *“o homem que nos salvara da guerra”*, de acordo com a propaganda – e, pouco depois, a 4 de Fevereiro, um comunicado oficial do Governo-Geral de Angola, difundido por intermédio do Secretariado Nacional de Informação, tornava público que *“três grupos armados tentaram a noite passada libertar presos em Luanda”*.

“Grupos armados”? *“Presos”?* Mas não havia sequer tempo para pensar o que estas palavras significavam, porque logo o final do comunicado garantia que *“os responsáveis estão já presos na maior parte e a ordem está restabelecida”*.

Mas se as notícias sobre o 4 de Fevereiro foram rapidamente contidas, os ataques da UPA, a 15 de Março, e os seus massacres, foram amplamente usados pela propaganda, nos jornais, na rádio, na ainda recente televisão, com imagens e declarações de famílias em choque afluindo a Luanda do Norte ensanguentado...

As terríveis fotografias dos massacres eram mesmo exibidas nas vitrinas do Palácio Foz e reproduzidas em brochuras para uso interno (e, sobretudo, internacional) proclamando *“Genocídio contra Portugal”*.

A ficção caía e ficava o medo. Medo por aqueles que, em Angola – onde muitos portugueses tinham familiares mais ou menos próximos – podiam ser vítimas da violência dos revoltados. Medo por aqueles que, militares de carreira ou do Serviço Militar Obrigatório, de acordo com o anunciado por Salazar – *“Andar rapidamente e em força é o objectivo que vai pôr à prova a nossa capacidade de decisão”* – em breve começariam a partir para uma guerra que, até pouco antes, a Censura do regime se encarregara de não permitir imaginar.

A propaganda fizera o seu trabalho, a violência das imagens sobrepunha-se ao raciocínio, diminuía a capacidade de pensar. Pessoas insuspeitas de simpatia pelo regime admitiam participar em milícias nas colónias, invocando a legítima defesa, e a maioria dos militares de carreira e dos jovens que cumpriam o Serviço Militar Obrigatório não hesitou em partir para Angola a *“defender a Pátria”* – mesmo se alguns, como me contaria, anos mais tarde, numa entrevista para a série da RTP *“Geração de 60”*, Maria Clementina Dinis, então psicóloga no Hospital Militar, não sabiam exatamente o que isso fosse... (*“O que é que vai fazer?” “Vou defender a Pátria!” “E o que é a Pátria?” “Ah, isso eu não sei, minha senhora!”*)

Mais bem informados sobre a realidade, e embora discordando da atuação da UPA – que o próprio Holden Roberto teve dificuldade em justificar – uma centena de jovens estudantes vindos das colónias, incluindo vários frequentadores da Casa dos Estudantes do Império (que, contrariando a intenção com que fora criada pelo Governo, funcionava como centro de consciencialização anticolonial) opta por fugir de Portugal e, eventualmente, juntar-se à luta de Libertação.

Mas a luta progredia e a máquina de guerra reclamava jovens cada vez mais próximos, um vizinho, um amigo, o irmão mais velho, depois o caçula... Como esquecer o primeiro que víamos partir, o esforço para que a despedida soasse como habitualmente, a forma como dolorosamente lhe fixávamos os traços, os olhos mais fundos que habitualmente, o sorriso que ameaçava dissolver-se em lágrimas, os maxilares cerrados? *“Um homem não chora, um homem não chora, um homem não chora!”*

Até que regressem os primeiros soldados, o que fica em Portugal, nas famílias dos que partiram e dos que podem partir, é sobretudo o medo e a prece coletiva de um verso de Pessoa: *“Que volte cedo, e bem!”*

A guerra torna-se, nas famílias, um silêncio ensurdecedor. A possibilidade de morte é uma realidade que não pode enunciar-se, não vá a palavra chamá-la.

Aguardam-se as chegadas do correio, dos aerogramas, muitas vezes escritos por um amigo alfabetizado, ou por um oficial mais compreensivo. Do outro lado, a ansiedade da espera é também imensa. Há avós, pais, amigos que morrem, namoros que se rompem...

Um amigo, oficial miliciano, contou-me que lera a um soldado analfabeto a carta que lhe anunciava o abandono da mulher. E acrescentou: *"Eu tinha acabado de receber uma carta semelhante..."*

Era um tempo em que nas aldeias, ao domingo, as igrejas se enchiam de gente, vestida nos seus melhores trajes. As mulheres, de véu, benziam-se com água benta antes de seguirem para as filas da frente, levando os filhos pela mão. Os homens deixavam-se ficar ao fundo, de onde mais rapidamente podiam sair ao ouvir o *"Ite, missa est"*, para fumar um cigarro e conversar um pouco com amigos e vizinhos.

Os padres não se esqueciam de referir os ausentes por motivo da guerra e, nos grupos de volta a casa, as notícias circulavam: *"A filha da costureira, sabes? Tinha o casamento marcado... O noivo veio paralisado da guerra..."* – e seguiam-se os poucos pormenores conhecidos, enquanto se cruzavam a pena e a condenação já implícita, caso àquela rapariga, tão nova e cheia de vida, ocorresse cancelar o casamento, como o próprio noivo sugeria...

Nas aldeias, o luto pelos mortos confunde-se por vezes, para quem não conhece aqueles que o usam, com o luto por aqueles que partiram. E os que voltam a essas aldeias onde um camarada morreu não sabem como fazer-se perdoar por continuarem vivos.

Nos jornais, são esparsas as notícias dessas mortes, atribuídas, muitas vezes, a menos assustadores acidentes rodoviários, possíveis também naquilo a que então se chamava *"metrópole"*. E, na ainda jovem RTP, o que fica na memória são as mensagens de Natal, militar após militar dizendo para a câmara e o microfone – perto, muito perto, como para ficarem mais próximo dos familiares – *"Adeus e até ao meu regresso!"*

A informação permitida não mudara muito – *"ações de polícia"*, *"destruição de acampamento inimigo"*, *"acidente de viação"* – mas as cerimónias do 10 de Junho já não disfarçavam os órfãos, as viúvas, os pais chorosos, os deficientes e, apesar do mutismo em que caíam muitos dos que regressavam, a informação ia-se fazendo, de boca a orelha, em papéis clandestinos, em viagens ao estrangeiro.

Discutia-se já quase abertamente entre os mais conscientes qual a melhor forma de fazer guerra à guerra: participar, para tentar consciencializar os mobilizados? Desertar, se possível com armas, para dificultar cada vez mais o esforço de guerra?

Auxiliava-se, como e no que se podia, a deserção de amigos, de conhecidos. Esperava-se, ansiosamente, o sinal de que tinham chegado sãos e salvos. Era uma outra guerra, com outros riscos, outras emboscadas.

As tomadas de posição, tímidas embora, começavam a surgir para lá dos documentos clandestinos e das rádios da oposição emitindo de Bucareste ou de Argel. Nas associações de estudantes, em encontros da Oposição. Em 1968, uma manifestação contra a guerra do Vietnam pouco disfarçou o seu verdadeiro alvo, a guerra colonial.

Aos nossos generais, mesmo de luvas e monóculo, preferíamos os dirigentes dos movimentos de libertação que tinham avançado a proposta de negociações com vista às independências, os que, como Cabral, declaravam ter preferido fazer a guerra não com armas, mas com livros...

Ao mesmo tempo que pedíamos a deuses desconhecidos que não permitissem a morte dos nossos familiares e amigos, desejávamos a vitória do "IN", com cuja luta concordávamos. Uma geração dividida entre lealdades, rapazes forçados, muito jovens, a optar entre o risco de ser morto e de matar, ou de abandonar para sempre tudo o que fora, até então, a sua vida.

Escolhas que a origem e o meio social, os conhecimentos, as eventuais ligações clandestinas, podiam facilitar ou dificultar, mas que nunca eram fáceis.

O número crescente de desertores e refratários em países onde a informação circulava livremente facilitava a chegada de notícias ao interior. E o contacto com a realidade do colonialismo começava a tornar claro, aos olhos dos próprios militares, o absurdo da continuação da guerra em nome da defesa do mito de Portugal do Minho a Timor.

E enquanto os rapazes partiam, para a frente ou para o exílio, as raparigas iam-se politizando, pelos empregos em que os substituíam, pelas cartas que recebiam, pela transformação que viam neles ao regressarem. Se, com o tempo, o silêncio parecia ser a opção de muitos, por vezes o desespero na frente de guerra, ou no regresso marcado por um *stress* pós-traumático (cujo nome então ignorávamos) permitia deixar escapar informações que – como escreveu Mário de Carvalho

numa peça representada pelo grupo de teatro "O Bando" teríamos, eventualmente, preferido não saber...

As frases "*Nem mais um só soldado para as colónias!*" ou "*Guerra do Povo à guerra colonial*", gritadas nos muros pintados à pressa por militantes do MRPP e dos CLACS e as ações de sabotagem desenvolvidas em Portugal pela LUAR, a ARA ou as Brigadas Revolucionárias tornavam mais difícil ao regime tapar os olhos à população. E, nas três frentes onde lutavam, os militares portugueses foram também descobrindo que a única solução era política e, para isso, havia que derrubar um Governo que, apesar de alguns vagos indícios, não assumia a responsabilidade de pôr fim à guerra.

O 25 de Abril significou, em diversos locais, o fim imediato das hostilidades. Elementos do Exército Português e do PAIGC jogavam, poucos dias depois, desafios de futebol. Vieram a descolonização, as independências – mas o silêncio, esse, permaneceu.

Porque aqui foram as Forças Armadas a devolver-nos a democracia, tornava-se difícil criticar o que fora a sua ação no terreno. Se falávamos de "*crimes de guerra*", lembravam-nos que eram jovens travando longe batalhas difíceis, e eram os políticos que deviam ser julgados. Se lhes lembrávamos que tinham combatido contra os ventos da História, recordavam que tinham sido eles a pôr fim ao Estado Novo. E, mesmo entre alguns dos menos responsáveis, a noção de ter combatido uma guerra injusta tornava ainda mais difícil lidar com o sofrimento que ela lhes provocara.

Ainda nos anos sessenta telefonara-me certa tarde um amigo estudante, a quem tentara, em vão, convencer a desertar. O seu aspeto de menino tornara-o vítima dos que achavam que tinham por missão "*fazer dele um homem*" e fora obrigado a assistir a interrogatórios violentíssimos...Viera "*cacimbado*". Durante horas, contou-me, ao telefone, as torturas a que assistira. Mas nos anos 80, quando lhe pedi que me falasse disso para a "*Geração de 60*", disse-me que devia estar confundida... Não, não, nada disso se tinha passado com ele, onde fora eu buscar essa ideia?

Não foi o único. Na pesquisa para a Geração de 60 choquei com um muro de silêncio. O Arquivo Audiovisual do Exército não me abria as portas, a maioria dos militares que contactava parecia ter passado pela guerra sem disparar nem ouvir um tiro. Ninguém admitia ter morto um inimigo. Torturado? Nem pensar!

Mas, na Guiné, antigos presos guineenses contaram-me torturas que tinham sofrido, não apenas às mãos de agentes da PIDE, mas de militares. Faziam-no com o cuidado de distinguir sempre entre os que torturavam e os que tinham lágrimas nos olhos ao assistir, ou lhes davam a fumar um cigarro cúmplice. E não escondiam que, muitas vezes, eram mais cruéis os militares do recrutamento local que os “metropolitanos”.

A primeira versão do episódio sobre a guerra colonial, que abria com uma emboscada, foi chumbada pelo então meu diretor ao fim de 45 segundos: *“Muito gostam vocês de mostrar estas coisas!”* Alterei o episódio, mas a série levou meses a ir para o ar, e foi-o na RTP 2, então inacessível na maioria do país. Mesmo assim, houve telefonemas a pedir o meu despedimento, ameaças de morte... Mas um dia tinha ido beber um café num centro comercial junto à RTP e um homem que não conhecia, com idade para ter feito a guerra colonial, perguntou-me: *“É a Diana Andringa?”* Preparei-me para o pior. E ele disse-me: *“Queria só dizer-lhe “Obrigado!” Ao ver o seu filme, consegui pela primeira vez falar com a minha mulher e os meus filhos sobre aqueles anos...”*

Nos últimos anos, livros, peças de teatro, filmes, blogues, trabalhos académicos têm vindo a abordar a realidade da guerra. Mas temo que continuem por acalmar as guerras que se travam na memória não só dos que a viveram nas três frentes, mas dos pais, das mães, dos irmãos e irmãs, das namoradas e mulheres – e também dos filhos, a quem a guerra colonial devolveu pais diferentes dos homens que eram ao partir. Homens marcados por experiências muitas vezes impossíveis de partilhar. E que pedem, como no poema de Housman, traduzido por Sena, *“Não me perguntes mais, de medo que responda”*.

Há uma dezena de anos, na Guiné, enquanto um amigo português tentava encontrar o seu antigo quartel, que a vegetação se encarregara de fazer desaparecer, foi outro poema traduzido por Sena, este de Carl Sandburg, que recordei:

“Amontoem cadáveres em Austerlitz e Waterloo, // Enterrem-nos bem e deixem-me à solta // Eu sou a erva, escondo tudo. // Montes de corpos em Gettysburg // E montes de corpos em Ypres e Verdun. // Enterrem-nos bem e deixem-me à solta. // Dois anos, dez anos, e os passageiros para o condutor: // Que sítio é este? // Agora, onde estamos? // Eu sou a erva, // Deixem-me à solta.”

Vivi esses anos. Acho por isso indispensável contrariar a erva.

O CRSCM E O OBSERVATÓRIO DO TRAUMA – 1ª PARTE



Centro de Recursos de Stress em Contexto Militar

Parte 1: *O Reconhecimento da Perturbação Psicológica Crónica resultante da exposição a Fatores Traumáticos de Stress durante a Vida Militar em ex-combatentes portugueses na Guerra Colonial*

Durante a Guerra Colonial (GC), partiram de Portugal entre 1961 a 1974, cerca de um milhão de homens com o objetivo de lutar nas colónias africanas, em operações militares que duravam, em geral, aproximadamente 24 meses (Dias, Sales, Cardoso & Kleber, 2014, p. 1). A guerra provocou, entre os militares portugueses, cerca de 10 000 mil mortos e 40 000 mil feridos (Maia, McInTyre, Pereira & Fernandes, 2006, p. 12). Mas, as vítimas diretas das repercussões psicológicas de experiências traumáticas sofridas no contexto desta guerra, estão por contabilizar.

Embora em 2003, no estudo epidemiológico sobre PTSD na população adulta portuguesa, de Albuquerque, Soares, Jesus & Alves, se estimasse que 9,9% dos veteranos da Guerra Colonial (cerca de 100 000 mil homens) teriam desenvolvido Stress Pós-Traumático, a verdade é que estes foram, durante e após a guerra, vítimas negadas, negligenciadas. Porque as suas feridas não eram visíveis a olho nu. Porque as manifestações clínicas eram frequentemente não imediatas, eclodindo meses, anos, ou mesmo décadas após o acontecimento desencadeante. Porque destoavam do discurso oficial do “verdadeiro militar impermeável a fraquezas”. E porque as vítimas psicológicas dos contextos de guerra, com as suas especificidades patoplásticas, são particularmente complexas e, também por este motivo em geral, assumidas tardiamente.

Já quando da I Grande Guerra, a evidência do sofrimento dos soldados portugueses desencadeou em Portugal publicações de análise clínica e científica, nomeadamente “A Neurologia na Guerra”, de Egas Moniz (1917). Este livro, ao divulgar os quadros clínicos desencadeados na frente de guerra (patologias causadas por explosivos, sem traumatismo externo, que produziam um quadro de alterações nervosas ou emocionais), é considerado “o primeiro grande trabalho publicado em Portugal sobre este tema e revela-se uma importante contribuição para a pré-história do que hoje se designa como stress pós-traumático” (Morgado Pereira, 2016, p. 281).

Mas é na sequência da Guerra Colonial, em África e, pela primeira vez, no anterior meio século, que os portugueses se depararam com as marcas psicológicas das experiências de quem viveu a guerra. Constataram chocados mas silenciosos, enormes mudanças psicológicas, arrastado sofrimento emocional ou irreversíveis alterações da personalidade em homens que foram à guerra.

Como costuma acontecer nas guerras, o impacto na vida de militares e suas famílias mantém-se ainda hoje presente, quase 60 anos depois. Apesar disso, durante largos anos, um véu de silêncio manteve encobertos os temas relativos à guerra e, de forma ainda mais opaca, a questão do sofrimento psicológico dos ex-combatentes. Como explica Calafate-Ribeiro (2004, p. 26), *“a ocultação da guerra, feita após o 25 de Abril, não era um artifício de vontade autoritária, mas antes uma incapacidade de avaliação para lidar com tão dolorosa e explosiva herança, deixando o ex-combatente num ambíguo e desconfortável lugar entre a vítima [...] e a imagem de um antigo poder que se queria esquecer”*.

O caminho do reconhecimento foi sendo desbravado de forma gradual, quer pelos alertas constantes dos ex-combatentes e das suas associações, quer pelos serviços de psiquiatria dos hospitais militares e das estruturas de saúde civis, confrontados com a realidade das dores emocionais de ex-combatentes e das suas famílias (Sales, 2003). Em 1985, o serviço de Psiquiatria Comportamental do Hospital Júlio de Matos-Lisboa criou a 1ª consulta de Stress de Guerra, em Portugal (Albuquerque, 2012). Na década de 90, o Hospital Magalhães de Lemos, no Porto, e o Serviço de Psiquiatria do Hospital Militar de Coimbra iniciaram grupos terapêuticos de Psicodrama direcionados a ex-combatentes.

Também a sociedade civil, lentamente, começou a levantar o tema. Desde os anos 60, a literatura abriu espaço para se ir *“encarando de frente os nossos fantasmas”*, através de poderosas narrativas *“em que se conjuga o dissídio, a denúncia, o memorialismo e o confessionalismo, a culpa e a catarse, a força testemunhal e autobiográfica”* (Cruzeiro, 2004, p. 33). Começou, assim, a surgir uma literatura para colocar a tônica da experiência da guerra colonial na primeira pessoa.

“[...] escrita pela geração que teve o azar histórico e vivencial de fechar o ciclo imperial com uma guerra e que dela regressou com o terrível sentimento de “se ter tramado em vão, de se ter gasto sem sentido,” a geração do logro político, da revolta a medo, do amor a medo, da deserção ou da guerra. As suas obras vão narrar de uma forma muito biográfica, apesar dos arranjos ficcionais ou das elaborações narrativas, a história da anti-epopeia pessoal e colectiva que foi a guerra colonial, como

percurso de interrogação constante dos seus narradores e personagens face às realidades vividas ao longo do percurso africano” (Ribeiro, 1998, p. 139).

Em 1967, Manuel Alegre publicou *O Canto e as Armas*, obra pioneira na denúncia da ditadura salazarista e da rejeição da Guerra Colonial. Doze anos depois, em 1979, António Lobo Antunes estreou-se com *Memória de Elefante*, logo seguido, no mesmo ano, de *Os Cus de Judas* (romance baseado nos aerogramas que o escritor escreveu incessantemente à esposa durante o serviço militar como Alferes-médico, em Angola, de 1971 a 1973) (Lima, 2018, p. 5; 22).

Os anos 80 trouxeram várias obras de relevo: *Nó Cego* (1982), de Carlos Vaz Ferraz, *Autópsia de Um Mar de Ruínas* (1984), de João de Melo, *A Costa dos Murmúrios* (1988), de Lídia Jorge e *Jornada de África* (1989), de Manuel Alegre.

“Nestas obras está presente uma geografia africana, que foi a geografia da guerra, do medo e da angústia, da emoção e da interrogação constante. Aqui está uma África oprimida nas sanzalas, humilhada, mas em luta, está o mato, as picadas, as minas, o tempo que não passa, os abusos de poder, os homens e os seus medos, mas também a sua coragem, a sua sede, o seu cansaço, a sua raiva e as muitas mortes, os pedaços de Portugal de corpo e alma deixados nas picadas de África” (Ribeiro, 1998, p. 140).

Na comunicação social, o espaço dedicado à Guerra Colonial abriu portas a pontuais relatos, como os dossiers: *“Os despojos Humanos de África”* (Jornal Público, 1993), *“Afonso de Albuquerque: Estes homens continuam em Guerra”* (Notícias Magazine, 1996), *“Guerra Colonial: “Stress” Pós-traumático I / II / III”*, de João Figueira para o Diário de Notícias (1999), a título de exemplo, e onde era dada a conhecer a situação precária dos veteranos portugueses.

Embora as primeiras publicações científicas sobre o impacto psicológico desta guerra nos militares portugueses (Fernandes, 1975; Jesuíno, 1970; Pereira, 1976) tenham surgido ainda nos anos 70, só duas décadas mais tarde, na Revista de Psicologia Militar, em 1992, foi publicado o primeiro artigo científico específico sobre o stress de guerra, dirigindo a sua atenção aos ex-combatentes (Albuquerque, Fernandes, Saraiva, & Lopes, 1992). No estudo, foi apresentada a avaliação de 40 ex-combatentes da Guerra Colonial, confirmando a existência de PTSD e revelando o curso da doença. Ainda entre os trabalhos publicados na década de 1990, destaca-se o de Anunciação (1997), que explora as relações

conjugais de ex-combatentes da Guerra Colonial diagnosticados com stress pós-traumático.

Verificou-se, no entanto, um aumento considerável nos estudos e publicações nessa área, na sequência do reconhecimento da perturbação psicológica crónica resultante da exposição a fatores traumáticos de stress durante a vida militar, com a sua formalização através da Lei nº 46/99, em 1999. Um estudo de 2003 com 145 ex-combatentes, que procurou elaborar o perfil-tipo do candidato a reparação médico-legal por possível PTSD, foi publicado na Revista Portuguesa de Saúde Militar, ano 4 nº1 (Sales, Pereira, & Dias, 2004). Dois anos depois, foram acrescentadas às avaliações efetuadas nesta análise, os resultados de 335 ex-militares.

Em 2003, Afonso de Albuquerque, Catarina Soares, Paula Martins de Jesus e Catarina Alves publicaram, na Acta Médica Portuguesa, o primeiro estudo epidemiológico sobre a PTSD em Portugal, onde, numa seleção de 2 606 participantes, identificaram uma taxa de prevalência de PTSD de 7,87% e concluíram que *"75% da população portuguesa está exposta a pelo menos uma situação traumática"*. Entre os participantes, 11,6% dos homens estiveram em situação de guerra ou combate, e desses 9,9% desenvolveram PTSD.

Em 2007, surgiu o projeto *"Os Filhos da Guerra Colonial: pós-memória e representações"* do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, com uma equipa multidisciplinar (constituída por investigadores das áreas dos Estudos Literários e Culturais, Sociologia, Psicologia e Psiquiatria) que procurava, entre outras coisas, analisar a relação entre memória e trauma numa ética de representação da Guerra Colonial e avaliar da possível transmissão intergeracional do trauma psicológico, identificando fatores de vulnerabilidade em ex-militares com PSPT e nos seus descendentes.

Constata-se, pois, como foi moroso o acesso ao reconhecimento formal das perturbações psicológicas de conteúdo traumático e decorrentes de vivências militares ocorridas na Guerra Colonial. Destacam-se, como marcos relevantes, a criação da Associação de Deficientes das Forças Armadas (ADFA), logo em 1974. Mas, só em 1999, surgiu novo e decisivo impulso, através da saída do Decreto-Lei nº 46/99 que *"reconhece a perturbação psicológica crónica resultante da exposição a fatores traumáticos de stress durante a vida militar como patologia justificativa de acesso ao estatuto de Deficiente das Forças Armadas (DFA)"*, encorajando a discussão acerca do reconhecimento da psicopatologia e do direito à reparação. Seguiu-se, em 2000, a publicação do Decreto-Lei nº 50/2000, que estabeleceu a Rede Nacional de Apoio aos militares e ex-militares portugueses

portadores de tal perturbação, agregando nessa rede as entidades oficiais e as ONGs que têm promovido atenção e suporte àqueles que são afetados pelo stress em contexto militar.

Por fim, em 2018 é criado o **Centro de Recursos de Stress em Contexto Militar (CRSCM)**, consagrado no estatuto do Antigo Combatente em 20 de Agosto 2020, pelo Decreto-Lei nº 46/2020. O CRSCM "*foi criado assente numa perspetiva multidisciplinar abrangendo as áreas médica, psicológica, social e político-jurídico, com o objetivo de recolher, organizar, produzir e divulgar conhecimento disperso sobre a temática do stress em contexto militar*" (CRSCM, 2020). De modo a alcançar os objetivos elencados, diferentes universidades e centros de estudos foram chamados a participar do projeto, com equipas responsáveis por diferentes áreas do conhecimento, que articularam entre si a elaboração de um plano de trabalho comum, dividido consoante as diversas áreas de atuação.

O Observatório do Trauma/CES integra o CRSCM desde a sua criação, em 2018. Coube-lhe trabalhar a área médica do projeto. A equipa, atualmente formada pela coordenadora, a psiquiatra Luísa Sales e as investigadoras Joana P. Becker e Camila Borges, tem-se dedicado a conhecer e propor práticas de prevenção, tratamento e reabilitação de quadros patológicos decorrentes do impacto de fatores de stress durante a vida militar.

Do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido (Parte 2), daremos conta no próximo número da newsletter InfoTRAUMA.

Junho de 2021

Luísa Sales
Joana P. Becker
Camila Borges

Bibliografia:

Albuquerque, A., Fernandes, A., Saraiva, E., & Lopes, F. (1992). Distúrbio Pós-Traumático do Stress em Ex-combatentes da Guerra Colonial. *Revista de Psicologia Militar*, 399-407.

Albuquerque, A., Soares, C., Jesus, P., & Alves, C. (2003). Perturbação pós-traumática do stress (PPST): Avaliação da taxa de ocorrência na população adulta portuguesa. *Acta Médica*, 6, 309-320.

Anunciação, C. (1997). Ajustamento marital em ex-combatentes da Guerra Colonial com e sem perturbação pós-stress traumático. *Análise Psicológica*, 15(4), 595-604.

Cruzeiro, M. (2004). As mulheres e a Guerra Colonial: Um silêncio demasiado ruidoso. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 68, 31-41.

Dias, A., Sales, L., Mota Cardoso, R., & Kleber, R. (2014). Childhood maltreatment in adult offspring of Portuguese war veterans with and without PTSD. *Eur J Psychotraumat*, 5(1), 1-10.

Fernandes, B. (1975). A guerra e as suas condições humanas vistas por um psiquiatra: equivalentes verbais da agressividade e mutação construtiva da destrutibilidade. *Separata de O Médico*, 76 (1256), 327-330.

Jesuíno, J. (1970). Problemas de acção psicológica. *Separata dos "Anais do Clube Naval"*.

Lima, A. (2018). *A ficção de Lobo Antunes e a Guerra Colonial*. Consultado em 26 fev. 2021. Disponível em: <https://macua.blogs.com/files/a-fic%C3%A7%C3%A3o-de-lobo-antunes-e-a-guerra-colonial.pdf>

Maia, A., McIntyre, T., Pereira, G. & Fernandes, E. (2006). Por baixo das pústulas da guerra: Reflexões sobre um estudo com ex-combatentes da guerra colonial. In M. Gama (Org.) *A guerra colonial* (pp. 11-28). Braga: Centros de Estudos Lusíadas.

Morgado Pereira, J. (2016). *A Psiquiatria em Portugal: protagonistas e história conceptual (1884 -1924)* (Tese de Doutoramento). Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Pereira, O. (1976). *Problemas de psicossociologia militar após a guerra: um estudo das implicações das «campanhas do Ultramar» na saúde mental dos combatentes e em problemas actuais* / Orlindo M. G. Gouveia Pereira. - [S.l. : s.n., 1977] (Lisboa : Oficinas Gráficas da Editorial Minerva. - 22[1] p. ; 23 cm. - Separata dos "Anais do Clube Militar Naval", n.ºs 7-9 (julho-setembro de 1976).

Ribeiro, M. C. (1998). Percursos africanos: a Guerra Colonial na literatura pós-25 de Abril. *Portuguese Literary & Cultural Studies*, 1, 125-152.

Ribeiro, M. C. (2004). África no Feminino: As mulheres portuguesas e a Guerra Colonial. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 68, 7-29.

Sales, L., Pereira, F. G., & Dias, A. (2004). Distúrbio de Stress Pós-traumático e Peritagem Médico-legal. *Revista Portuguesa de Saúde Militar*, 1, 9-14.

N - Este texto assenta em dados presentes no Relatório Final de Atividades do OT no CRSCM (Março/2021), relatório elaborado pelas mesmas autoras do presente texto.

FILHOS DA GUERRA – VULNERABILIDADE E RESILIÊNCIA



Aida Dias

Psicóloga e Investigadora-colaboradora do Observatório do Trauma/CES

A Guerra Colonial representa um marco determinante na sociedade portuguesa. Não ocorreu no território de origem da grande maioria dos soldados portugueses, mas as suas consequências projetaram-se muito para além da geração dos que a experienciaram diretamente – atingiu os pais que temeram a perda dos filhos, os que sofreram a morte ou a deficiência irreversível de familiares próximos, as namoradas ou as esposas daqueles que partiam sem a promessa de regresso. Também os filhos desta geração - os filhos dos homens que estiveram na guerra - foram expostos a um conjunto de circunstâncias que, de alguma forma, interferiram no seu desenvolvimento e na sua posterior vulnerabilidade e resiliência ao trauma.

O projeto “Os Filhos da Guerra Colonial: pós-memória e representações” foi pioneiro no estudo desta realidade. Ancorado no conhecimento de Margarida Calafate Ribeiro sobre as narrativas das mulheres de ex-combatentes e na experiência clínica de Luísa Sales no tratamento da perturbação de stress pós-traumático em veteranos de guerra, o projeto investigou as memórias de quem experienciou a guerra, das suas famílias, e em particular dos filhos, e equacionou hipóteses sobre a vulnerabilidade acrescida ao trauma nos filhos de ex-combatentes.

O projeto foi desenvolvido no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra entre 2007 e 2011, e analisou 130 famílias, com diversos graus de relação com a guerra: 51% em que os pais foram ex-combatentes, 21% com pais ex-combatentes que desenvolveram stress pós-traumático, e 28% em que os pais não participaram na guerra. O estudo incluiu metodologias qualitativas e quantitativas de análise de dados nos diversos membros familiares – pais, mães e filhos. No total, participaram neste estudo 462 pessoas, dos quais 203 filhos. Para além de uma análise aprofundada da representação social da Guerra pelos filhos

e da recolha das narrativas, os participantes foram avaliados do ponto de vista da sua saúde mental e outros indicadores de possível vulnerabilidade.

Muito poderíamos refletir aqui sobre os resultados deste estudo. Mas focar-nos-emos nos indicadores de saúde mental dos filhos desta geração, pela sua especial relação com o trauma.

Nos filhos de homens expostos à guerra com subsequente diagnóstico de stress pós-traumático, as avaliações revelaram valores mais elevados, quer de psicopatologia geral, quer de sintomas de trauma (reexperienciação, evitamento e hiperactivação) quando expostos a situações potencialmente traumáticas. Os filhos de homens expostos à guerra mas que não desenvolveram stress pós-traumático reagiam de modo diferente que os do grupo anterior, apresentando níveis mais elevados de ansiedade e maior tendência à reexperienciação, se expostos a situações traumáticas.

No âmbito do maltrato na infância, os filhos de ex-combatentes com stress pós-traumático pontuaram também valores mais elevados de negligência infantil, física e emocional, comparando com os filhos de pais ex-combatentes que não desenvolveram a perturbação de stress pós-traumático ou que não participaram na guerra.

Mas, por outro lado, os ex-combatentes com stress pós-traumático apresentaram valores mais baixos de transmissão aos próprios filhos das suas anteriores experiências de abuso infantil se comparados com os ex-combatentes sem stress pós-traumático - esses sim, transmitiram, de forma mais significativa aos seus filhos, as suas anteriores experiências de abuso físico e emocional.

Os resultados obtidos sobre o maltrato de infância levantam questões significativas, em relação às possíveis consequências da guerra, na saúde mental das gerações futuras. Por um lado, um diagnóstico de stress pós-traumático legitima um direito a reparação legal e um reconhecimento de sofrimento familiar acrescido; neste contexto específico, é de louvar a capacidade destes pais que, ou pelo seu sofrimento ou por incapacidade de se relacionarem de forma mais próxima com os seus filhos os poderão ter negligenciado, mas que os poderão ter protegido das suas possíveis experiências de abuso sofridas, durante a infância. Por outro lado, fica aberta a questão da transmissão acrescida de experiências de abuso dos pais ex-combatentes sem stress pós-traumático.

Os resultados do projeto dos Filhos da Guerra, no ponto de vista do maltrato de infância, equacionam a necessidade de tornar mais amplos os critérios de reconhecimento das consequências familiares desta guerra. Talvez as manifestações e o reconhecimento do trauma nestas famílias se projecte para além do diagnóstico de stress pós-traumático nos pais ex-combatentes.

Poderá o Observatório do Trauma colaborar ativamente na identificação de outros sinais e sintomas de trauma que, pelas suas características não são enquadráveis nos quadros clínicos definidos nos manuais de diagnóstico, mas que se constituem como factores de risco acrescido para uma pior saúde mental?

Em termos de prática clínica, parece-nos pertinente, a inclusão de questões específicas sobre a participação na guerra dos progenitores de pessoas em sofrimento mental. Quanto aos modelos de parentalidade desenvolvidos, e o quanto estes se projetam na geração dos netos, essa será certamente uma questão interessante para um futuro projeto de investigação.

Bibliografia:

Calafate Ribeiro et al. (2011). *Os Filhos da Guerra Colonial: pós-memória e representações*. Relatório apresentado à Fundação para a Ciência e Tecnologia. Coimbra.

Dias, A., Sales, L., Mota-Cardoso, R., & Kleber, R. (2014). Childhood maltreatment in adult offspring of Portuguese war veterans with and without PTSD. *European Journal of Psychotraumatology*, 5, 1-10. doi: <http://dx.doi.org/10.3402/ejpt.v520198>

N - O trabalho de pesquisa clínica desenvolvido no projeto "Os Filhos da Guerra Colonial: pós-memória e representações" foi base de partida para a tese de doutoramento da Aida Dias "Mitigar – consequences of child maltreatment in adults in Portugal and public health actions" que concluiu e defendeu em 2018, na Universidade de Utrecht.

abstract: GUERRA COLONIAL: QUANDO OS ANOS REACENDEM O SOFRIMENTO – UM ESTUDO PILOTO

Na sequência do interesse que o OT dedica ao tema da Guerra Colonial, acaba de ser publicado, na revista *Reports*, um artigo sobre o impacto do envelhecimento na manifestação de sintomas relacionados com o stress nos veteranos da Guerra Colonial. O artigo foi escrito pela investigadora do Observatório do Trauma, que também integra a equipa do Centro de Recursos de Stress em Contexto Militar, Joana Proença Becker e pelo Prof. Dr. Manuel João Quartilho.

➤ Resumo (tradução):

Há mais de 150 anos, o stress traumático tem sido alvo de estudos médicos e psicológicos, sendo as experiências relacionadas à guerra frequentemente abordadas. Embora os veteranos de guerra são considerados um grupo de alto risco para o desenvolvimento de doenças relacionadas com o stress, o impacto do envelhecimento no processo do trauma continua a ser um campo pouco explorado. Diante disso, o presente estudo teve como objetivo analisar os fatores relacionados ao envelhecimento que podem influenciar o surgimento de sintomas de stress traumático em veteranos de guerra. Foram analisados os dados clínicos de 29 veteranos portugueses da Guerra Colonial a fim de conhecer os principais diagnósticos, bem como verificar a frequência que utilizam os serviços de saúde. Através da análise temática das transcrições de 10 entrevistas realizadas com veteranos com diagnóstico de Perturbação de Stress Pós-Traumático (PTSD), foram identificados os principais sintomas e fatores que os levaram aos serviços de saúde mental. Além disso, foi realizada uma revisão da literatura sobre saúde mental e trauma psicológico para fornecer uma visão geral do conhecimento sobre o assunto. O envelhecimento parece ser uma oportunidade para enfrentar conflitos mantidos ocultos ao longo da vida dos veteranos. A estigmatização social e o não reconhecimento do stress traumático como doença influenciaram o silêncio dos veteranos portugueses, que pôde ser rompido com o processo de envelhecimento. Aposentadoria, doença física, morte de amigos próximos ou familiares e perda de autonomia parecem ter contribuído para o aparecimento de sintomas relacionados ao trauma.

O artigo pode ser consultado, na íntegra, através do link: <https://doi.org/10.3390/reports4020010>.

dossier: BIBLIOGRAFIA GUERRA COLONIAL

Para assinalar os 60 anos passados do início da Guerra Colonial, o OT partilhou uma lista bibliográfica, construída ao longo de três anos, composta por várias publicações de interesse acerca do tema.

A disponibilização deste conteúdo tem como objetivo difundir e estimular o conhecimento e a reflexão sobre este período da história de Portugal, ao mesmo tempo que procura explicitar quais são as consequências do conflito para a saúde mental e física dos ex-combatentes e seus familiares.

Para consultar esta informação, pode fazê-lo através do [site do OT](#).

PUBLICAÇÕES

Propomos neste espaço a consulta de alguns artigos científicos/livros recentes sobre a especialidade (**Top4Trauma**) e destacamos notícias, reportagens e vídeos sobre a temática do trauma psicológico na secção "**Trauma e Media**".

TOP4 TRAUMA

Artigos

1. Olf, M., Primasari, I, Qing, Y, Coimbra B.M., Hovnanyan, A, Grace E, Williamson, R.E., Hoeboer, C.M. & Global Collaboration on Traumatic Stress (GC-TS) (2021/in press). Mental Health Responses to COVID-19 around the World. *European Journal of Psychotraumatology*, 12(1).
2. Becker, J. P., Paixão, R., & Quartilho, M. J. (2021). Psychopathology and Somatic Complaints: A Cross-Sectional Study with Portuguese Adults. *Healthcare*, 9, 478. doi: <https://doi.org/10.3390/healthcare9040478>
3. Becker, J. P. & Quartilho, M. J. (2021). Colonial War: When the Years Rekindle the Suffering—A Pilot Study. *Reports*, 4(2), 10. doi: <https://doi.org/10.3390/reports4020010>
4. Taquet, M.; Geddes, J.; Hussain, M.; Luciano, S.; & Harrison, P. (2021). 6-month neurological and psychiatric outcomes in 236 379 survivors of COVID-19: a retrospective cohort study using electronic health records. *The Lancet*, 8(5), 416-427. doi: [https://doi.org/10.1016/S2215-0366\(21\)00084-5](https://doi.org/10.1016/S2215-0366(21)00084-5).

Livros

1. (2021) *The Pluriverse of Human Rights: The Diversity of Struggles for Dignity* – Boaventura de Sousa Santos & Bruno Sena Martins (Orgs.), New York and London: Routledge.

2. (2021) *Reporting on Sexual Violence in Conflict* – Dart Center Europe, [versão pdf](#).
3. (2019) *Sinais de Vida: Cartas da Guerra 1961-1974* – Joana Pontes, Lisboa: Tinta da China.
4. (2005) *Cartas de Guerra: D'este Viver Aqui Neste Papel Descrito* – António Lobo Antunes, Lisboa: Dom Quixote.

TRAUMA E MEDIA

Reflexões

1. **Há vida(s) nesta Cidade! - Memórias da Guerra Colonial** (programa de Isabel Simões com Inês Nascimento Rodrigues, Júlia Garraio e Vasco Martins, investigadores do NHUMEP-CES, à conversa com o convidado Miguel Cardina, coordenador do CROME/CES) - disponível em: <https://ruc.pt/podcast/ha-vidas-nesta-cidade/memorias-da-guerra-colonial>.
2. **A pandemia pode trazer à memória o início da guerra colonial** (declarações de Luísa Sales, coordenadora do OT/CES, e Miguel Cardina, coordenador do CROME/CES à TSF) - disponível em: <https://saladeimprensa.ces.uc.pt/?col=noticias&id=32624#.YIGFxOhKjcc>.
3. **Confinamento. Cada vez mais crianças procuram psicólogos: "tenho consultas cheias como nunca tive"** (entrevista de João Veloso, investigador-colaborador do OT/CES, à Rádio Observador) - disponível em: <https://saladeimprensa.ces.uc.pt/?col=noticias&id=32396#.YIGFzuhKjcc>.
4. **Segundo confinamento vai ser mais exigente do ponto de vista mental** (entrevista de Luísa Sales, coordenadora do OT/CES, à Antena 1) - disponível em: <https://saladeimprensa.ces.uc.pt/?col=noticias&id=32397#.YIGFzOhKjcc>.

Vídeos e reportagens

- 1. Memórias da Guerra. As feridas físicas e o stress pós-traumático que persistem** | Telejornal RTP | 20 de abril de 2021 - reportagem de Ana Luísa Rodrigues sobre os efeitos dos Stress Pós-traumático nos ex-combatentes da Guerra Colonial - disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/pais/memorias-da-guerra-as-feridas-fisicas-e-o-stress-pos-traumatico-que-persistem_v1313808.
- 2. Como explicar uma pandemia na Saúde Mental - Afinal Não Estou Só** | Observatório do Trauma/CES | 29 de março de 2021 - João Veloso, psicólogo clínico e investigador-colaborador do OT/CES, explica quais os efeitos da pandemia e, em especial, do confinamento na saúde mental - disponível em: https://www.ces.uc.pt/observatoriodotrauma/?id_lingua=1&pag=33677.
- 3. Colóquio: Guerra Colonial - as Memórias Silenciadas** | Página youtube do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra | 27 de março de 2021 - Mesas do Colóquio *Guerra Colonial: as Memórias Silenciadas* (Organização: CULTRA e projeto CROME/CES) - disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=iPJeivwGM_U.

MORADA

Observatório do Trauma

Centro de Estudos Sociais (CES), Colégio da Graça
Rua da Sofia nº 136-138
3000-389 Coimbra
Portugal

CONTACTOS

Coordenação

Luísa Sales

E-mail: luisasales@ces.uc.pt

Secretariado

Camila Borges

Telefone: +351 239 853 646

Telemóvel: + +351 926 562 085

E-mail: observatoriodotrauma@ces.uc.pt

www.ces.uc.pt/observatoriodotrauma

www.facebook.com/observatoriodotrauma

**OBSERVATÓRIO
DO TRAUMA**
CENTRO DE TRAUMA/CES
UNIVERSIDADE DE COIMBRA


ces
Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

